



Universidades Lusíada

Gaspar, Jorge, 1941-

Portugal e uma estratégia da energia para o Atlântico (Sul) : reflexão prospectiva sobre a geopolítica da energia no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

<http://hdl.handle.net/11067/730>

<https://doi.org/10.34628/mkwj-nh91>

Metadados

Data de Publicação	2013
Resumo	No presente trabalho dedicamo-nos à reflexão analítica e prospectiva dos pressupostos históricos, das condições geográficas, das condicionantes económicas e sociais e das vontades políticas necessárias e suficientes à definição de uma geopolítica da energia para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)....
Palavras Chave	Política energética - Portugal
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LPIS, n. 09 (2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:45:41Z com informação proveniente do Repositório

**PORTUGAL E UMA ESTRATÉGIA DA ENERGIA
PARA O ATLÂNTICO (SUL)**
**REFLEXÃO PROSPECTIVA SOBRE A GEOPOLÍTICA DA
ENERGIA NO QUADRO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE
LÍNGUA PORTUGUESA**

Jorge Gaspar

Professor Auxiliar Convidado da Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias

Professor Adjunto do Instituto Superior de Educação e Ciências
jorge.b.gaspar@gmail.com

Resumo: No presente trabalho dedicamo-nos à reflexão analítica e prospectiva dos pressupostos históricos, das condições geográficas, das condicionantes económicas e sociais e das vontades políticas necessárias e suficientes à definição de uma geopolítica da energia para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Palavras-chave: Estratégia / Política / Energia / Mar / Atlântico / Geografia / Vocação / Comunidade.

Abstract: In this paper we are dedicated to analytical and foresight reflection of historical assumptions, geographical conditions, economic and social constraints and political will necessary and sufficient to the definition of an energy geopolitical strategy for the Portuguese Language Community Countries.

Key-words: Strategy / Politics / Energy / Sea / Atlantic / Geography / Vocation / Community.

“É certo que, há cinco séculos, o oceano se abriu à expansão nacional. Apesar disso, e de o português se afeiçoar ao trabalho noutros climas e ao convívio de outras gentes, a estrutura rural da Nação permanece intacta. Com razão ou sem ela, a fala do velho do Restelo foi entendida obscuramente pela massa rural. Revolvendo a leiva, alargando a seara, plantando, regando, adubando, crescendo mas agarrando-se ao chão que escasseia, êste povo donde saíram os aventureiros que abriram o caminho das outras partes do mundo, permanece preso ao torrão, como aquelas árvores que oferecem ao vento o grão de novas sementeiras mas cada vez mais afundam as raízes na terra.”

(ORLANDO RIBEIRO, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1945)
(Muito breve)

I. Introdução

No presente trabalho dedicamo-nos à reflexão analítica e prospectiva dos pressupostos históricos, das condições geográficas, das condicionantes económicas e sociais e das vontades políticas necessárias e suficientes à definição de uma geopolítica da energia para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Procurando simultaneamente arrancar e lançar perspectivas de *médio-longo prazo* e de *muito-longo prazo* que projectem uma visão da CPLP no quadro futuro de um sistema internacional no qual os respectivos actores – de diversa natureza e vária condição – jamais se fatigarão na conquista e na manutenção dos recursos energéticos (escassos por natureza e estratégicos por natureza) indispensáveis à sua existência e sustentabilidade, procuramos ensaiar uma proposta global de uma gestão política da energia na esfera da CPLP, para tal ligando, relacionando e interconectando as expectativas colectivas e os anseios geopolíticos de todos e cada um dos seus membros e dos correspondentes povos. Nesse exercício, mostrar-se-á como momento e elemento determinante a extensão (o alargamento) de muitas das respectivas plataformas continentais, olhando para estas na perspectiva da valorização política e económica dos seus recursos energéticos e do universo largo de possibilidades e potencialidades que os mesmos já vão exibindo.

Portugal, a Europa e o Mar: a Vontade (Conjuntural) da Adesão e a Circunstância (Estrutural) da Vocação

“Não irei fugir à regra de falar do mar português, sem deixar de lhe fazer uma referência histórica. Será muito breve, porque é minha intenção fixar-me sobretudo, no horizonte actual e, quando possível, tentar perscrutar para além dele”.

Estas palavras de VIEIRA MATIAS, escritas em 2004 na abertura de um interessante artigo intitulado *O Horizonte do Mar Português*¹, são paradigmáticas, essencialmente por aquilo que deixam entrever, do interesse que a história do mar português – enquanto factor (pré) determinante na (e da) história de Portugal² – recorrentemente assume para a literatura científica³.

De um ponto de vista estritamente naturalístico e objectivamente físico, a relação e a envolvimento de Portugal com o mar é uma evidência da geografia. Como diz FRANÇOIS MARTINS, a *“ligação entre Portugal e o oceano Atlântico é, antes de mais, uma decorrência da Geografia”*⁴. Abrindo-se a respectiva componente continental, a sul e a ocidente, ao Atlântico⁵, o território português e formado ainda pelos arquipélagos dos Açores⁶ e da Madeira, os quais, enquanto agregados

1 VIEIRA MATIAS, 2004.

2 *“Acontece, no entanto, que esse bocado de finisterrea é também a terra do nosso princípio”* (TEIXEIRA PINTO, 2001). Foi daí, portanto, que começámos a corresponder ao chamamento do mar.

3 Não apenas historiográfica, mas também, e essencialmente, nos domínios da ciência política, da geografia, da geopolítica, da estratégia, da geoestratégia e das relações internacionais.

4 MARTINS, 2002.

5 *“Por outro lado, só é possível analisar a importância da perspectiva dimensional do Atlântico à luz do direito do mar olhando para uma carta que contenha a representação dos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição dos estados costeiros. É aqui que melhor se toma conhecimento da verdadeira dimensão de Portugal. Podemos dizer, sem qualquer complexo, que somos grandes e que temos de interiorizar esta afirmação nas políticas e nas acções relativas ao mar”* (PINTO DE ABREU, 2013). **Na nossa opinião, e como teremos oportunidade de adiante defender, tal só será praticável no quadro de um processo de aprofundamento político da gestão estratégica do mar que venha a ocorrer no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.**

6 A propósito da riqueza, incluindo os recursos energéticos, do mar dos Açores, ouçamos CARLOS CÉSAR, antigo Presidente do Governo Regional dos Açores: *“No mar dos Açores, essa riqueza é potenciada pelas profundidades moderadas ao longo da Crista Média Atlântica e pelas facilidades logísticas conferidas pela proximidade dos nossos portos, o que valoriza o nosso território em relação a importantes operações de extracção mineral. Há ainda que ter em conta a existência de importantes jazidas de hidratos de metano nas zonas abissais que nos rodeiam, uma potencial fonte de energia para o futuro. É nosso direito legítimo, e é do nosso interesse, evidentemente, que o acesso partilhado aos recursos naturais dos fundos marinhos e ao potencial energético do nosso mar seja precedido pela criação de condições que permitam a sua exploração sustentável, o seu aproveitamento em benefício também da economia açoriana e o desenvolvimento da nossa capacidade científica e tecnológica”* (CÉSAR, 2013).

7 Numa análise estratégica do posicionamento dos Açores, aqui fica JORGE DE MEDEIROS, Reitor da Universidade dos Açores: *“Realmente, os Açores constituem o arquipélago mais isolado do Atlântico, quase equidistante da Europa e da América do Norte, compondo a primeira fronteira externa do espaço comunitário no Atlântico Norte. Não há dúvida de que uma das formas de Portugal se poder afirmar no plano internacional é, pois, através do poder que lhe advém do seu posicionamento internacional, e que lhe é concedido pelo alto valor estratégico das suas posições no Atlântico, designadamente, pelo arquipélago dos*

coerentes de ilhas oceano-atlânticas, evidenciam, com a enfraquecida exuberância que a conjuntura do tempo presente vai deixando, a matriz atlântica de Portugal.

“Os dois arquipélagos oceânicos materializam claramente a dimensão atlântica da nossa nacionalidade. São não só dois marcos do início da epopeia ultramarina, como duas parcelas do território nacional que nos «polarizam» na direcção do Atlântico e do Ocidente, reforçando assim a nossa ligação de sempre com o oceano, a nossa característica de povo talassocrático, a nossa «vocação atlântica»”⁸.

Sendo verdade que a relação de Portugal com o Atlântico constitui uma evidência física e uma (feliz) inevitabilidade geográfica⁹, o tempo passado^{10 11} mostra que a história da nação portuguesa soube honrar tal legado objectivo e conseguiu construir a partir e sobre a sua frente atlântica os alicerces da sua consolidação e, inclusivamente e por consequência, da sua identidade¹² e da sua independência¹³. Tal significa que Portugal soube fazer e ir fazendo a sua história através de opções políticas que frontalmente assumiram a geografia¹⁴ como um referencial determinante do respectivo sentido estratégico¹⁵. Isto quer dizer que quis e soube

Açores” (MEDEIROS, 2013).

⁸ MARTINS, 2002.

⁹ *“A forma como uma relação inscrita na Geografia se materializa na cultura, na economia e na política de um povo, depende pois não só de um ou outro elemento isolado, mas do ambiente geográfico como um todo e também, em grande parte, das acções e reacções desse povo, podendo por isso variar ao longo dos tempos”* (MARTINS, 2002). A Nação canaliza, pois, as suas energias para essa relação com a geografia.

¹⁰ O qual é, sempre e renovadamente, o primeiro dos dois passos que nos conduzem ao tempo futuro. Como diz PAULO TEIXEIRA PINTO, *“o futuro será, como sempre, gerado no passado”* (TEIXEIRA PINTO, 2001).

¹¹ *“Esta dependência da análise geopolítica relativamente ao tempo em que é efectuada, conjugada com a necessidade, porque é viva, dinâmica, de acompanhar as evoluções dos relacionamentos entre políticas e espaços, levou Vicens Vives a afirmar que ela precisa de interpretar «o passado geográfico e histórico para compreender a actualidade”* (MARTINS, 2002). Muitos hoje parecem esquecer-se desta lição.

¹² *“A identificação do país deriva principalmente de três experiências: o combate aos mouros, a sul, a ameaça dos castelhanos, a leste, e a atlantização do povoamento, fruto da omnipresença do mar, que origina verdadeiramente a individualidade dos portugueses no seio dos povos peninsulares”* (FREITAS DE MENESES, 2013).

¹³ *“De certo modo, a História de Portugal parece-nos poder ser interpretada a essa luz, a da utilização do litoral atlântico como principal esteio da nossa independência, permitindo-nos equilibrar a desfavorável relação de forças com o vizinho único, assim como atenuar os efeitos negativos da situação periférica”* (MARTINS, 2002).

¹⁴ *“O factor geográfico é considerado o mais importante dos factores do poder nacional por que, para além do seu valor e da sua influência sobre um povo, é o mais permanente. Não dispenho de elevado «factor presença» (conjunto território/população), não tendo profundidade territorial, não dispenho de subsolo rico em recursos naturais, não estando na encruzilhada de comunicações terrestres vitais entre vários países, o interesse do factor geográfico, para Portugal, traduz-se no seu clima ameno, na razoável riqueza de recursos biológicos da ZEE, na sua condição quase arquipelágica, na sua situação como promontório da Europa no Atlântico, na sua situação de passagem obrigatória entre a Europa marítima do Norte e a do Sul, na sua situação privilegiada para a distribuição do comércio marítimo transoceânico pela Europa do Norte e a Europa Mediterrânica, em resumo, no valor da sua relação com o mar”* (SACHETTI, 2009).

¹⁵ Daí termos dito antes que o mar português foi (é) um factor (pré) determinante na (e da) história de Portugal.

fazer geoestratégia no quadro da definição e afirmação das suas opções políticas¹⁶.

Ele foi¹⁷ para sul – do planeta e do Atlântico^{18 19} –, concretizando, como referimos, a execução de uma opção política consciente e coerente. Ao fazê-lo, correspondeu ao apelo *geoatlântico* com a definição e a execução de uma estratégia geopolítica, compreendendo e aceitando a influência e a importância que a geografia tem no panorama das escolhas políticas²⁰, mas também actuando na e com a geografia e as suas características. Em suma, interagindo e procurando também ele, enquanto nação, condicionar e influenciar politicamente e através da acção humana a realidade objectiva com a qual a geografia o confronta e desafia²¹. Se quisermos, Portugal não colocou inércia no processo de (pré) determinação com a qual o Atlântico o enfrentava, aceitando livremente²² construir um projecto nacional que tinha como consequência tão inevitável quanto pretendida a modificação política da geografia (à partida, física) do oceano seu vizinho e parceiro. Muito mais do que um recurso ou um instrumento, o Atlântico foi (e é) um amigo e um

16 “O mar sempre desempenhou um papel de alto relevo na História de Portugal e sempre se revestiu da maior importância para os portugueses. Na verdade, o mar, para Portugal, é intemporal, ajudou a desenhar o passado, mas irá, sobretudo, ajudar a construir o futuro” (PINTO DE ABREU, 2013).

17 Foi e não cremos – nem queremos – que tenha voltado de vez, pois “a Geopolítica parte sempre do passado para interpretar o presente. A interpretação do significado da relação de Portugal com o oceano Atlântico implica portanto, para além da análise das condições e possibilidades alternativas actuais dessa relação, que se procure enquadrá-la na totalidade das suas condições geopolíticas, isto é, interpretando a nossa História e analisando o espaço geográfico pertinente nessa perspectiva” (MARTINS, 2002). Há, assim e muito naturalmente, sempre alternativas ao quadro marcante do tempo presente. “Basta” olhar o passado para que a política possa estrategicamente desenhar o futuro.

18 “Embora não seja o maior dos oceanos, o Atlântico tem, de longe, a maior área de drenagem de todos eles. Os continentes nas suas margens tendem a inclinar-se para ele, que por isso recebe as águas da maior parte dos grandes rios do mundo, incluindo o S. Lourenço, o Mississippi, o Orenoco, o Amazonas, o La Plata, o Congo, o Níger, o Loire, o Reno, o Elba, assim como os grandes rios que desaguam nos seus mares anexos, Mediterrâneo, Negro, e Báltico. Contrastando com o Atlântico Sul, o Atlântico Norte é rico em ilhas, as suas linhas costeiras muito recortadas exibem uma grande variedade de formas, prolongando-se por diversos mares tributários, que incluem o das Caraíbas, os Golfos do México e do S. Lourenço, as Baías de Hudson e de Baffin, a oeste, e os mares Báltico, do Norte, Mediterrâneo e Negro, a leste” (MARTINS, 2002).

19 “Geograficamente, o A.S. não tem uma definição unânime, como a não tem em termos políticos. Contudo, podemos entender que a geografia o situa a sul do “gargalo de África” (...), para lá de uma linha que fala a nossa língua: de Fortaleza, no Brasil, a Cabo Verde e à Guiné. Nele emerge um vasto cordão de ilhas que foram baptizadas também em português: Cabo Verde, Fernando Noronha, S. Pedro e S. Paulo, Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Trindade, Martim Vaz e S. Tomé e Príncipe. A elas se ligam setentrionalmente a Madeira e os Açores. **Há aqui uma continuidade física, como que a sugerir uma afinidade política entre o A.S. e o seu vértice externo, em espírito amarrado a Portugal**” (VIEIRA MATIAS, 2010). Sublinhado nosso. É neste sentido que vamos defendendo que o Atlântico português é também um Atlântico Sul.

20 “No entanto, a Geografia sem dúvida condiciona a vida dos povos, em todos os seus aspectos, incluindo os fenómenos políticos. A questão da forma como a Geografia impõe, orienta, aconselha ou limita a Política, é uma questão central no pensamento geopolítico e tem sido objecto de diferentes explicações por diversos autores” (MARTINS, 2002).

21 “O homem não se limita a receber influências do seu meio geográfico, também o influencia, o modifica, adapta-se e adapta-o, encontrando as suas próprias respostas aos condicionamentos que ele lhe apresenta” (MARTINS, 2002).

22 Leia-se, decidindo, articulando e conjugando no quadro do seu processo decisório elementos de ordem política, económica, social e cultural.

companheiro. Portugal correspondeu ao seu (daquele) apelo^{23 24} e, dessa forma, respondeu positivamente à sua (deste) vocação^{25 26 27}.

Portugal geopolitizou o Atlântico Sul²⁸.

“A Europa e o Mar têm aparecido no discurso político dominante em Portugal – e mais notoriamente ainda nas práticas governativas – como “projectos” quando não antagónicos pelo menos inconciliáveis nos seus termos e propósitos. A “opção europeia” parece ter ditado a obrigatoriedade de o País virar as costas ao Atlântico²⁹, como se o seu contrário se traduzisse numa traição imperdoável a um parceiro inominado. Os discursos de alguns dirigentes políticos e de alguns

23 Ou *chamamento*, o qual, entre outras coisas, levou ao *achamento* do Brasil.

24 No plano de uma reflexão dedicada à adesão de Portugal à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), as palavras de ADRIANO MOREIRA são emblemáticas e exemplares a propósito do referido apelo do mar: “(...) *facto de o mar nos chamar ao grupo de fundadores da NATO, garantia desse mar ocidental, base do projecto de libertar a Europa do Atlântico aos Urais, e de implantar a democracia, os direitos do homem, e o desenvolvimento sustentado, não apenas nesse espaço matricial dos ocidentais, mas com expressão mundial*”; “(...) *deve admitir-se que não foi o País que se lançou a longe pelo mar agora bem conhecido, foi a função do mar, na definição do espaço ocidental, que incluiu o País, por imperativo ao mesmo tempo de geografia, da funcionalidade do sistema de aliança estabelecida, e da defesa dos valores matriciais do ocidente, nos quais está também impressa a marca do passado português que nos chama às responsabilidades pelo futuro*” (MOREIRA, 2011).

25 O “resto” da história é conhecido.

26 “*Da história, retiro apenas o exemplo que designaria, influenciado pela importância do Porto, por «cacho» das actividades marítimas que estiveram na base da nossa grandeza, sobretudo no século XVI. Refiro-me ao culminar da história marítima portuguesa com o senhorio de vastas áreas de mar e de terra, em três oceanos, simultaneamente. Tal domínio foi exercido e sustentado por um cacho de actividades simbióticas que abrangiam o transporte marítimo, a armada ou marinha militar, a construção naval, o abastecimento naval, os comerciantes, os financeiros e os cientistas/matemáticos. Formou-se, assim, o que deverá ter sido o primeiro cacho de actividades marítimas integradas do mundo*” (VIEIRA MATIAS, 2004).

27 “*Essa “vocação atlântica” fez de Portugal um país aberto para o Mundo que, como recordámos, durante quinhentos anos geriu um vasto espaço ultramarino, disperso, mantendo-se em relação intensa com povos e culturas muito diversas, ligados através do mar. Ao longo dos séculos, esses povos absorveram elementos da nossa cultura e nós da deles, criando-se traços comuns a todos, que nos aproximam sem nos uniformizar. Esse convívio multissecular faz agora parte tanto da História como da identidade nacional de cada um dos países que se geraram nesse vasto espaço ultramarino e, por isso, mantê-lo, embora necessariamente em termos diferentes dos do passado, constitui vector de consolidação das respectivas identidades nacionais em coerência com a História comum*” (MARTINS, 2002). Correlacionando *vocação e identidade*, também VIEIRA MATIAS, quando diz que “*também poderá ser com forte contributo da nossa vocação marítima, uma vez acordada, que seremos capazes de manter a nossa identidade, em tempo de esbatimento das fronteiras tradicionais e de aceleração do processo de globalização, para o qual, de resto, fortemente contribuímos, desde há meio milénio. É esse espaço de vocação que poderá contrabalançar o nosso reduzido peso económico e político, se o soubermos potenciar e moldar à feição dos tempos*” (VIEIRA MATIAS, 2004).

28 “*(...) a concepção do Atlântico Sul como elemento geográfico nuclear do espaço geopolítico criado pelos portugueses*” (MARTINS, 2002).

29 “*As causas para esta tão brusca viragem, que temos de considerar como anti-natural para a nação portuguesa, podem ser encimadas pela independência dos territórios ultramarinos e pela inevitável adesão à União Europeia, mas radicam também na ausência de uma estratégia nacional que tenha em consideração os factores de potencial estratégico do país, onde avultam a geografia e a tradição marítima*” (VIEIRA MATIAS, 2004). **Sendo inevitável, a adesão à União Europeia não pode trazer consigo, acrescentamos nós, o inviável de outras opções estratégicas.**

intelectuais no sentido da inevitabilidade política do iberismo³⁰ e as afirmações ao nível dos mais elevados responsáveis governativos no que toca à definição das prioridades da política externa portuguesa como sendo Espanha, Espanha e Espanha³¹ são meras ilustrações de um sentimento mais alargado de menorização auto-induzida com reflexos nas dinâmicas político-diplomáticas e nas relações económico-empresariais que, conseqüentemente, projectam custos na nossa vida colectiva”.

Era esta a reflexão inquietada que deixávamos escrita em 2009³². Mas, atentemos no óbvio³³. A Europa e o mar não são projectos antagónicos nem inconciliáveis³⁴.

Antes de tudo, é preciso aceitar que quer a Europa (física) quer o mar são realidades objectivas que se nos impõem³⁵. São geografia³⁶. A questão não é, pois, se aceitamos a Europa e o mar, mas antes saber como aceitamos e como intervimos na Europa e no mar. Isto é, saber como quer Portugal definir o quadro geoestratégico da sua linha de actuação no quadro do sistema internacional³⁷.

Depois, necessário é igualmente ter uma visão omnicomprensiva da Europa: a Europa é, ela própria, também atlântica, o que não é necessariamente a mesma coisa que dizer que a Europa é *atlantista*. Aliás, e entendendo agora Europa como União Europeia³⁸, quanto mais incisivo for o processo de deslocação do seu núcleo duro e centro político-gravitacional no sentido oriental³⁹ maior será a dificuldade de

30 Escreve FRANÇOIS MARTINS, referindo-se ao Atlântico, que *“este espaço constituiu um genial aproveitamento das possibilidades (...), compensando-nos dos inconvenientes da nossa condição duplamente periférica face ao centro da Europa, e ajudando-nos a manter a nossa independência face a uma Espanha sempre mais forte, sempre desejosa de completar o projecto que lhe deu origem e que é o de unificar toda a Península sob um só poder político”* (MARTINS, 2002).

31 *“A escolha do nome que, desde o tempo dos romanos, designou a Península na sua totalidade, «Espanha», para o novo nome formado por Castela e Aragão, foi desde logo um primeiro indicio desse projecto unificador, o qual se procura justificar com a ideia de que a «reconquista» se destinava a reconstituir o anterior reino visigótico (que incluiu, durante algumas dezenas de anos, toda a Península). Até aos nossos dias essa vontade de unificação tem sido confirmada por frequentes atitudes, declarações, comportamentos de responsáveis políticos e militares assim como de intelectuais espanhóis”* (MARTINS, 2002). Infelizmente, não apenas espanhóis: *“Por exemplo, o ministro Mário Lino, membro do XVII Governo Constitucional”* e *“o escritor José Saramago”* (GASPAR, 2009).

32 GASPAR, 2009.

33 O qual, por o ser, tantas vezes fica desaparecido do radar dos apressados e desatentos.

34 Num exercício potenciador das lógicas do equilíbrio político e geopolítico entre a Europa e o mar, adianta NUNO VIEIRA MATIAS que Portugal *“terá de explorar as vantagens que lhe advêm desse centralismo atlântico para contrariar os inconvenientes que resultam da periferia distante do nosso «promontório» em relação ao centro europeu”* (VIEIRA MATIAS, 2004).

35 Razão pela qual teria sido evitável o que diz TIAGO PITTA E CUNHA: *“A realidade da geografia foi substituída pelo movimento político de adesão à Europa”* (PITTA E CUNHA, 2011).

36 *“É que a geografia continua a ser decisiva para o futuro de Portugal”* (VIEIRA MATIAS, 2004).

37 Questão com radicais implicações no espectro da definição – e correspondentes acções – das políticas energéticas por Portugal, cujo sentido, aliás, pode determinar a longo prazo uma diversa configuração do problema da *dependência energética face ao exterior*.

38 *“O triunfo de Portugal na União Europeia é, por isso, o maior desafio da nossa geração. Para tanto, e disso ainda não nos apercebemos, possuímos essencialmente o mar”* (FREITAS DE MENESES, 2013).

39 *“Mas Portugal é um Estado periférico do sudoeste europeu integrante de uma união política caracterizada por duas linhas essenciais: (i) uma crescente concentração de poderes directamente subtraídos à soberania dos*

afirmação da referida vertente atlantista^{40 41}, o que, por sua vez, causará acrescidas dificuldades no quadro da compatibilização geopolítica da posição portuguesa no domínio conjugado da Europa e do mar⁴². O alargamento do mapa político da Europa (para oriente, designadamente) traz consigo a inevitabilidade de alterações no domínio da definição geoestratégica das correspondentes prioridades⁴³, o que faz de Portugal um país cada vez mais descentrado dessa Europa⁴⁴.

Mas, como dissemos atrás, a Europa e o mar não são projectos antagónicos nem inconciliáveis, muito menos no quadro da dimensão económica⁴⁵ cujo cruzamento os dois possam potenciar⁴⁶. A sua compatibilização e coerência é que podem consistir em tarefas mais ou menos difíceis e em objectivos mais distantes ou mais próximos em função do equilíbrio, maior ou menor, que Portugal consiga alcançar no quadro das suas relações euro-unionistas e atlantistas. Tal como nas leis da física – das quais decorre que o tempo da atracção que é efeito da força centrípeta vai aumentando em função da maior distância à qual o corpo se encontra do centro –, também aqui a proximidade ao centro decisório e político-estratégico da União Europeia constitui uma medida da importância relativa e da análise centralidade *vs.* periferia à qual cada nação se deve permanentemente impor no espectro reflexivo da definição do seu “*sentido do espaço*”⁴⁷.

Apesar da crescente interioridade do centro gravitacional da Europa (União Europeia) – seja esse processo institucionalizado através da sua formalização

seus Estados membros e (ii) a deslocação do seu centro gravitacional para leste” (TEXEIRA PINTO, 2001).

40 “O eixo medular da Europa deslizou assim para leste. Daqui resultou que Portugal se transformou no mais distante e periférico de todos os Estados da Eurásia, isto é, da Europa orientada, em que prevalece a potência continental e não a marítima” (TEXEIRA PINTO, 2001).

41 **Não será errado dizer que, tendencialmente e a longo prazo, a dependência energética da Europa é inversamente proporcional ao investimento na sua vertente atlantista.** “É neste cenário que o mar é chamado. Ele tem já hoje em dia um papel decisivo na equação energética da Europa, mas pode ser uma resposta decisiva aos problemas que se procurar enfrentar” (PITTA E CUNHA, 2011).

42 “Portugal deve combinar a sua vocação universal – que hoje vai a par de uma verdadeira globalização – com a sua inserção continental. Só tal articulação permite atenuar o progressivo afastamento do núcleo central da Europa e potenciar a nossa situação geoestratégica” (TEXEIRA PINTO, 2001).

43 Incluindo nos domínios do abastecimento energético e dos respectivos fluxos transfronteiriços.

44 “Em termos geográficos e na sequência da globalização, é como se o poder se encontrasse em deriva do Ocidente para Sul e para o Oriente, o que corresponde a uma nova realidade geopolítica em formação. Um dos desenvolvimentos desta nova realidade geopolítica está a reforçar tendências geradas com o fim da Guerra Fria e a reunificação alemã: uma Alemanha mais uma vez reconfigurada como pólo de poder do centro da Europa, o que fez evoluir as Comunidades Europeias para uma Confederação de Estados dirigida pelos países europeus mais poderosos, com o Estado alemão no topo” (LOUREIRO DOS SANTOS, 2011). Aqui está uma flagrante evidência daquilo a que chamamos *efeito centrípeta*.

45 E da economia da energia.

46 Ainda que longe dos cânones marxistas – até porque a política não se reduz de todo à economia –, não deixa de ser objectivamente verdade que *política e economia* constituem dimensões que não raras vezes se cruzam, sendo certo que, no nosso entender, as políticas económicas devem subordinar-se a linhas de acção correspondentes aos princípios basilares da (macro) estratégia política definida pela e para a Nação. Ligando *identidade, independência, carácter e sobrevivência*, tanto política como económica, ouçamos NUNO VIEIRA MATIAS: “Portugal tem uma dupla necessidade vital do mar. É que, se por um lado a manutenção da sua própria identidade depende do aproveitamento dos traços de carácter de raiz marítima, também a importância económica do mar é essencial à sua sobrevivência” (VIEIRA MATIAS, 2004).

47 Conceito cunhado por Friedrich Ratzel no século XIX.

na arquitectura legal da União Europeia ou decorrente da *praxis* política e diplomática reinante e *ipso facto* vigente –, ainda assim o decisor político e o legislador euro-unionistas procuram incluir – fundamentalmente por razões que podemos reconduzir ao plano das considerações e interesses geoeconómicos mais do que geopolíticos⁴⁸ – a relação com o mar na voragem do carácter integrador e integracionista das suas políticas⁴⁹ ⁵⁰. Também nesta matéria e na gestão desta relação, Portugal tem de definir com clareza as suas linhas de actuação política⁵¹, procurando conciliar os interesses que tenha e as expectativas que alimente no que toca à conciliação articulada de uma estratégia para o Atlântico, enquanto nação independente, por um lado e, por outro, enquanto Estado-Membro da União Europeia⁵² e no quadro da actuação desta e dos seus órgãos⁵³.

Para que a Europa e o mar não se tornem num futuro próximo projectos antagonísticos e inconciliáveis⁵⁴ ⁵⁵ é imperioso que os poderes públicos portugueses

48 Se é que, enquanto *espaço* e *bloco*, os tem.

49 Alertamos em 2009, antes do Tratado de Lisboa: “Não deixa de ser significativo, nos planos político e jurídico, que o Livro Verde sobre a política marítima da UE coloque de modo tão claro e aberto as questões da reforma institucional e do processo decisório. Atentemos: “A fragmentação pode levar à adopção de medidas contraditórias (...). Além disso, a fragmentação do processo de decisão não permite compreender o impacto potencial de um conjunto de actividades noutra e impede-nos de tirar proveito de sinergias inexploradas (...)” 48 49. No nosso juízo, tal referência deve ser entendida verdadeiramente como um sinal de alerta – não necessariamente de alarme! – para Portugal. Um país com uma faixa costeira de 1187 km e uma das maiores Zonas Económicas Excluídas (ZEE) da Europa, cobrindo mais de 1700000 km² – 18 vezes superior à sua área territorial – não pode deixar – aliás, só pode – de cuidar com particular atenção e dedicação as implicações que a tão falada reforma institucional da UE e as propaladas alterações nos princípios e nas regras do respectivo processo decisório podem trazer para a esfera da sua – nacional/estadual – política para o Mar” (GASPAR, 2009).

50 Com mais do que eventuais reflexos futuros na unio-europeização de recursos energéticos do mar.

51 “A clareza das convicções em abstracto e das posições em concreto deve ser sempre e em qualquer circunstância uma obrigação de todos os agentes políticos” (TEIXEIRA PINTO, 2001).

52 “Mas a integração na CE, agora UE, sendo uma opção racionalmente mais adequada aos interesses nacionais nas condições contemporâneas, contém desafios que não podemos deixar de enfrentar e riscos que não podemos ignorar, sob pena de consequências eventualmente graves” (MARTINS, 2002).

53 Escrevemos em 2009: “Se nos domínios da competência exclusiva da CE aquilo que há a fazer é defender e negociar o interesse nacional de modo tão eficaz quanto a tal habilitem as regras comunitárias e os procedimentos inscritos no Tratado e no Direito Derivado, é também no que toca ao quadro das competências partilhadas entre a CE e os Estados-Membros e às áreas que ainda são de responsabilidade e competência estadual que, pensamos, se joga uma parte substancial do futuro da nossa convivência estratégica, política e económica com o Mar” (GASPAR, 2009).

54 “A adesão de Portugal às Comunidades Europeias – tendo indiscutivelmente constituído um acto com profunda relevância no contexto da sua afirmação como País membro da democracia liberal – determinou um leque vasto de alterações na vida política, económica e social portuguesa, as quais, muito naturalmente, se traduziram também num diverso enquadramento político e jurídico da nossa relação com o Mar. As várias e sucessivas fases da integração europeia e as concomitantes transferências de competências e parcelas de soberania dos Estados-Membros para as Comunidades – depois apenas Comunidade Europeia (CE) – modificaram substancialmente – umas vezes no plano formal, outras no não menos releante domínio da prática político-diplomática – os poderes estaduais sobre o Mar e os seus recursos. A Política Comum das Pescas é disso mesmo um exemplo paradigmático” (GASPAR, 2009).

55 “As últimas três décadas têm sido marcadas por um afastamento de Portugal do mar a um ritmo vertiginoso. Se dúvidas houvesse, bastava olhar para a quase nula marinha de comércio, para a fortemente reduzida frota de pesca, para a quantidade de «museus ainda flutuantes» que integram a dita marinha de guerra, para os encerrados estaleiros de reparação e de construção naval, para a quase inexistente formação de pessoal marítimo (...)” (VIEIRA MATIAS, 2004). Estas palavras são do ano de 2004.

(se) conquistem e exibam à nação a vontade política para a afirmação de um novo paradigma: *pensar Portugal, agir global*⁵⁶. Se o paradigma organizacional firmado no final do século XX *pensar global, agir local* mantém actualidade no campo das lógicas de políticas de proximidade, para a afirmação internacional de Portugal é, contudo, necessário que o mesmo estabeleça prioridades estratégicas a longo prazo e que assuma a sua geografia e o *devoir*^{57 58} da sua vocação como referentes determinantes da correspondente acção política⁵⁹. A geografia física é o Atlântico. A geografia política é o atlantismo. Só teremos verdadeiro e expressivo atlantismo se agirmos política e estrategicamente sobre a geografia física. O caminho não se fará orgulhosamente só. Pelo contrário. A fazer-se, far-se-á necessariamente⁶⁰ na língua de mar que une os territórios lusófonos e com os territórios lusófonos. Far-se-á no Atlântico, por sul. A caminho do Índico (e do Pacífico)^{61 62 63}.

III. A Geopolítica da Energia no quadro da CPLP

O momento histórico que marca o início do processo que vai levar à criação,

56 *Agir global* significa agir em quatro continentes (Europa, América, África e Ásia) e três oceanos (Atlântico, Índico e Pacífico). É por estes continentes e oceanos que se espria a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

57 Etimologicamente com origem no latim *devenire*, que também significa *chegar* (chegar a depois de ter correspondido ao seu apelo/chamamento).

58 “No passado, como se viu, Portugal foi essencialmente o mar. Com efeito, Jaime Cortesão assegura que o *devoir* português corresponde ao aproveitamento das potencialidades do mar” (FREITAS DE MENESES, 2013).

59 Esta acção política exige a criação, nuns casos, e a consolidação, noutros, de outros laços, dependências e interdependências para lá daqueles que ainda vão fluindo, ainda que com algumas disrupções mais ou menos evidentes, do eixo euro-unionista. “Na verdade, perante o quadro de «associativismo internacional» a que estamos a assistir, com o apagamento das fronteiras tradicionais, Portugal tem necessidade de encontrar espaços de afirmação que lhe continuem a dar unidade e relevância. As ligações europeias são sem dúvida importantes política e economicamente, mas constituem, simultaneamente, um elemento redutor da tradicional soberania, erosivo da cultura portuguesa e diluidor da identidade nacional. Têm, por isso, de ser complementadas, ou contrabalançadas, por uma mais forte relação com o mar e, através dele, pela ligação às duas margens do Atlântico. A posição marítima que a geografia nos deu deve ser explorada para ampliar limitados factores do poder nacional e para conseguir elos de ligação, que reforcem a importância do País e que criem dependências das nossas capacidades, no exterior” (VIEIRA MATIAS, 2004). As dependências saudáveis criam-se no quadro de relações políticas estáveis e duradouras. Estaremos, então, nessas circunstâncias, a falar de interdependências.

60 E desejavelmente.

61 “Moçambique, actualmente o único país membro da CPLP que não é atlântico, nem por isso deixaria de beneficiar com um melhor aproveitamento da circulação neste oceano, uma vez que por ele passa necessariamente todo o tráfego do Índico para as costas orientais das Américas, e ocidentais da África e da Europa, que não for escoado pelo Suez. Quanto a Timor Lorosae, se, como é provável, vier a integrar-se na Comunidade, embora directamente pouco ou nada venha a ser beneficiado pela circulação atlântica, beneficiará dela indirectamente, pois o desenvolvimento da CPLP aproveita a todos os seus membros, e nesse desenvolvimento poderá desempenhar papel importante a exploração geopolítica do Atlântico Sul, seu núcleo geográfico” (MARTINS, 2002). Timor-Leste já é membro da CPLP.

62 “A importância geopolítica do Atlântico Sul (...) decorre também em grande parte do facto de ser através dele que se processa a única ligação livre do Atlântico para os outros dois oceanos e, por estes, para o resto do mundo” (MARTINS, 2002).

63 “Portugal é um Estado que coincide integralmente com uma só Nação. Uma Nação que é europeia por natureza mas universal por vocação” (TEIXEIRA PINTO, 2001).

em 1996⁶⁴, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ocorreu em 1989 no Brasil, por ocasião do Primeiro Encontro de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, no qual foi decidida a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, muito justamente considerado o embrião da CPLP⁶⁵. Eram então sete países – Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Mais tarde – mas ainda e sempre a tempo! –, e noutra quadro histórico-político, chegou Timor-Leste⁶⁶. Trazemos aqui este conhecido facto histórico tão-somente para ilustrar a importância fundamental que o Brasil exhibe no nascimento da CPLP⁶⁷. Note-se, também, por exemplo, que ao papel do Presidente José Sarney, responsável pela organização do referido encontro, junta-se a extrema relevância que o Embaixador (nessas circunstâncias, em Lisboa) José Aparecido de Oliveira teve nos impulsos político-diplomáticos tendentes à criação da CPLP⁶⁸.

O respeito pelos princípios da *igualdade soberana* e da não ingerência nos assuntos internos, entre outros⁶⁹, mostram estarmos perante verdadeiras relações Estado *vs.* Estado que prosseguem objectivos de *concertação político-diplomática*, de *cooperação* e de *promoção e difusão da língua portuguesa*⁷⁰. Estes países, todos eles soberanos e independentes⁷¹, estão unidos por uma língua comum. Falada

64 I Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa (realizada em Lisboa). É esta a cimeira constitutiva da CPLP.

65 Formalmente integrado nesta em 2005.

66 Em 2002, curiosamente no Brasil, no âmbito da IV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. É no Brasil, então, que a CPLP se abre ao Sudeste Asiático e ao Pacífico.

67 “Das nações que também partilharam, conosco, séculos de um passado feito História, só uma parecia reunir as condições ideais para desencadear o movimento que havia de levar à Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): o Brasil” (FONTOURA, 2001).

68 **Adiante no texto ver-se-á a importância que, na nossa opinião, o Brasil se deve reconhecer no quadro da actuação política e da afirmação no sistema internacional da CPLP, particularmente no que toca à definição estratégica de uma geopolítica da energia e às correspondentes linhas de acção política e político-económica.** Este ponto é tão mais nevrálgico quanto melhor compreendamos que o “*século XX vai continuar a ser marcado pela luta intensa pelo controlo das matérias-primas estratégicas*” (COSTA SILVA, 2013).

69 Os princípios orientadores da CPLP estão inscritos no artigo 5º dos respectivos Estatutos: (i) Igualdade soberana dos Estados membros; (ii) Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; (iii) Respeito pela identidade nacional; (iv) Reciprocidade de tratamento; (v) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, da Boa Governação; (vi) Respeito pela integridade territorial; (vii) Promoção do Desenvolvimento Sustentável; (viii) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

70 Artigo 5º dos Estatutos.

71 Num momento “mediaticamente difícil” – o que é diferente de “politicamente difícil” – das relações entre alguns sectores da sociedade portuguesa e da sociedade angolana (a propósito de declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Rui Machete, à Rádio Nacional de Angola), e aludindo ao quadro da intervenção da *troika* em Portugal no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), o Jornal de Angola dizia em editorial de 12 de Outubro de 2013 que “*se Portugal perdeu a independência, não está em condições de assumir qualquer responsabilidade no seio da comunidade*” (referindo-se à CPLP). Mais acrescentava que “*todos juntos, podemos e devemos lutar para que um país fundador reconquiste a sua independência*” e que “*as elites portuguesas que têm sentido patriótico podem contar com os povos da CPLP na luta pela reconquista da independência de Portugal*”. É manifestamente desejável que este clima de alguma perturbação e turbulência não resvale para

e, porventura, escrita de modo diverso em cada um deles, é a língua portuguesa que constitui o cimento histórico e existencial que os amarra uns aos outros. Mas se a língua é o cimento, o mar é a geografia que a possibilita tornar-se comum. Isto é, sem o mar – e sem o Atlântico, em particular – a língua portuguesa não teria saído da Europa e, nessa medida, deixando-se acantonar, não seria nunca a língua de oito países de quatro continentes.

Todo isto deve permitir-nos dizer que sem Atlântico não há, nem nunca teria havido, CPLP⁷².

A Estratégia da CPLP para os Oceanos foi aprovada no dia 21 de Março de 2010 no quadro da I Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, a qual se realizou em Portugal⁷³. Determinada a sua elaboração por decisão política⁷⁴ de alto nível tomada em 2007 pelo Conselho de Ministros da CPLP, reunido em Lisboa, desde logo foram entrelaçadas as perspectivas históricas e culturais, mas também políticas e económicas que uma visão – e uma acção – conjunta, concertada e integrada⁷⁵ sobre os oceanos poderia trazer e lançar no espectro das decisões político-estratégicas da CPLP e de todos e cada um dos seus membros.

Sistematicamente dividida em quatro capítulos – *Princípios e Objectivos*, *Áreas de Potencial Cooperação*, *Mecanismos de Governação* e *Iniciativas* –, a Estratégia da CPLP constitui um quadro bastante vasto e abrangente de linhas de acção capazes de, com o adequado impulso político e sob uma forte liderança,

o campo político-diplomático e que Angola e Portugal possam continuar a ser – e, se possível, reforçando tal ligação no quadro da CPLP e das suas políticas – países reciprocamente estratégicos.

72 “(...) a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa constitui-se actualmente num património geocultural único no globo, unindo (para já) oito países portadores da mesma língua e representa um mecanismo de capital importância na cooperação estratégica multidimensional para a segurança e para o desenvolvimento dos seus Estados membros. Nesse sentido, representa para cada nação um vector estratégico da sua Política Externa e um instrumento de poder e influência do Estado quer seja na sua afirmação regional, quer no seio das Organizações Regionais e Internacionais onde representam a dimensão CPLP. Para os oito Estados ribeirinhos que vivem ligados ao mar, caracteriza-se por se projectar estrategicamente em quatro continentes, unidos por três oceanos, ligando cerca de 250 milhões de pessoas, num espaço de 10,7 milhões de km² de terra e de 7,6 milhões de km² de superfície marítima” (BERNARDINO, 2011). Pela nossa parte, e como defenderemos e desenvolveremos adiante, **defendemos uma crescente integração económica e política no quadro estratégico da CPLP.**

73 Forte de São Julião da Barra, Oeiras. A reunião contou com a presença dos responsáveis governamentais pelos Assuntos do Mar de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, tendo Moçambique sido representado pelo seu Embaixador em Portugal.

74 O Conselho de Ministros da CPLP decide “Recomendar a concertação de esforços entre os países da CPLP no sentido da elaboração de uma visão integrada, com vista a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respectivas jurisdições nacionais, inclusive por meio da cooperação internacional; Recomendar que seja avaliada a criação de um mecanismo que garanta a comunicação, a coordenação e o seguimento de acções para a gestão sustentável dos oceanos, a nível de cada Estado membro, bem como para coordenar as suas posições em fóruns da Comunidade internacional” (Resolução sobre o Desenvolvimento de uma Política de Oceanos na CPLP).

75 “Constatando que, não obstante alguns avanços registados em certos domínios de actividades ligados ao mar, as responsabilidades e tarefas que se apresentam aos Estados membros são crescentes, em complexidade e exigência, requerendo frequentemente recursos e competências que ultrapassam as capacidades existentes” (Resolução sobre o Desenvolvimento de uma Política de Oceanos na CPLP).

possibilitar a todos os membros da CPLP uma intervenção, qualquer que seja a sua natureza, mais sólida, concertada e eficaz sobre os oceanos e, por maioria de razão, sobre o Atlântico (Sul). Um ponto que deve, desde já, ser justamente salientado é o de que a Estratégia da CPLP para os Oceanos assume, de imediato, o seu potencial político-estratégico na perspectiva – e na expectativa – do fortalecimento político da CPLP como organização viva, actuante e liderante no sistema internacional⁷⁶. É isto, inequivocamente, que resulta de no seu texto se afirmar peremptoriamente que a *“gestão adequada dos recursos contribui para a estabilidade das nações e para o fortalecimento das relações entre os países que constituem a Comunidade. Neste contexto, a elaboração de uma estratégia conjunta que constitua um instrumento indispensável na definição da política dos oceanos da CPLP surge como um processo natural e necessário de assumpção e consolidação de objectivos comuns da maior importância para o desenvolvimento sustentável”*. Estabilidade (política, económica e social), fortalecimento das relações e consolidação de objectivos comuns é exactamente o que defendemos para a CPLP. Note-se, no entanto, que tal não pode apenas significar declarações vagas e proclamações de mera retórica diplomática-formal, com uma periodicidade burocraticamente definida e em ocasiões solenes criadas para o efeito, mas sem qualquer lastro de substância na definição de políticas estruturadas de médio-longo prazo e da acção política concreta dos seus membros.

Os oceanos, em geral, e o Atlântico (Sul)⁷⁷, em particular, devem constituir a pedra de toque para o aprofundamento dos patamares de integração económica⁷⁸ e política entre os diversos membros da CPLP, que permitam fazer desta, no espectro de uma opção politicamente consciente e voluntária, um espaço

76 *“Os desafios que se colocam aos Estados-membros da CPLP não são independentes de dinâmicas mais amplas que perpassam o sistema internacional”* (MAGNÓLIA DIAS, MARTINS BRANCO, 2011). Por isso, acrescentamos, a resposta deve ser politicamente concertada e estrategicamente articulada.

77 Numa visão da clássica importância do Atlântico Sul para a CPLP, eis FRANÇOIS MARTINS: *“Os outros países de língua portuguesa banhados pelo Atlântico, todos os da CPLP com a única excepção de Moçambique, também dependem vitalmente do tráfego marítimo, assim como das pescas e das excelentes condições naturais das suas praias para o turismo, potencialidades, aliás, ainda por eles pouco exploradas. Para além disso, Cabo Verde desfruta de uma boa posição geoestratégica na articulação e controle das ligações entre o Norte e o Sul do Atlântico e Angola, para além de uma posição simétrica da do Brasil no outro lado do Atlântico, dispõe de abundantes reservas de petróleo na sua plataforma continental. Assim, pois, os seis países atlânticos da CPLP dependem da circulação e dos recursos marítimos e possuem posições geoestratégicas que, conjugadamente, possibilitam controlar praticamente todo o Atlântico Sul, assim como as ligações deste com o Atlântico Norte, e com o Mediterrâneo”* (MARTINS, 2002). O autor escrevia antes da adesão de Timor-Leste.

78 *“(…) é sem dificuldade que se considera o mar uma fonte de matérias primas minerais, nomeadamente de minérios de manganês, zinco, cobre, cobalto, etc., assim como a origem de organismos vegetais e animais para o fabrico de medicamentos. Igualmente, a energia dinâmica e térmica das massas de água marítima poderá ser explorada de forma inesgotável”* (VIEIRA MATIAS, 2004). Na sequência da tomada de consciência deste cenário, **propomos que a integração económica assuma como eixo central a questão energética.**

79 *“Quanto a recursos minerais do mar (...), merecem ser sublinhados os recursos dos solos e subsolos marítimos, muitos deles já detectados e em exploração, como hidrocarbonetos e diamantes, outros por detectar, outros detectados mas aguardando progressos tecnológicos que rentabilizem a sua exploração, como os nódulos de manganês, cobre, níquel e cobalto, que jazem a grandes profundidades em algumas regiões do fundo dos oceanos”* (MARTINS, 2002). Integração económica e I&D são indissociáveis.

intercontinental de afluência da língua portuguesa e de confluência dos desígnios dos seus povos. Voltaremos a este tema, mas adiantamos, já, que Portugal – tal como Angola e o Brasil^{80 81 82} – deve ser um actor particularmente atento e um interessado especialmente actuante no contexto desta perspectiva estratégica de longo prazo para a CPLP.

A Estratégia da CPLP para os Oceanos rege-se pelos princípios e prossegue os objectivos gerais desta organização, com particular destaque para os sacrossantos princípios da *igualdade soberana dos Estados membros, do respeito pela integridade territorial, da promoção do desenvolvimento e da promoção da cooperação mutuamente vantajosa*. Entre os objectivos da CPLP, contam-se propósitos que podem igualmente ser relacionados com a Estratégia da CPLP para os Oceanos, como a *concertação político-diplomática entre Estados membros*, nomeadamente para o reforço da cooperação e da sua presença na cena internacional.

Constituem objectivos gerais da Estratégia da CPLP para os Oceanos:

- Promover os princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- Contribuir para uma melhor gestão e desenvolvimento sustentável dos oceanos, através da aplicação da abordagem multisectorial (incluídas as abordagens de defesa, ambiental, científica, tecnológica, social e económica) e da cooperação internacional;
- Promover a constituição de áreas marinhas protegidas nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nos Estados membros da CPLP;
- Promover medidas de compreensão e de adaptação à mudança do clima nas regiões costeiras;
- Contribuir para o reforço de uma rede de recursos humanos capacitada para desenvolver uma política de oceanos integrada;
- Promover medidas de aproveitamento económico dos recursos marinhos, incluindo o encorajamento de parcerias empresariais.

80 “Para portugueses e brasileiros o Atlântico reveste-se de importância fundamental. É através das suas águas que estabelecem a maior parte do seu comércio com o resto do mundo, e é ao longo das suas respectivas linhas de costa que se encontram os seus principais agregados populacionais. Para nós, portugueses, foi o principal esteio da nossa grandeza no passado, constituindo ainda hoje, devido à importância geoestratégica dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, elemento relevante da nossa capacidade de afirmação internacional. Para o Brasil, foi no passado a artéria vital da sua formação e da sua expansão, ao longo do litoral primeiro, partindo deste depois para o interior. Hoje, a sua posição geoestratégica no Atlântico Sul garante-lhe também um papel de primeiro plano na respectiva segurança” (MARTINS, 2002).

81 Sobre a importância do Brasil (e de Angola) no quadro alargado do Atlântico Sul e do reforço do poder (marítimo) da CPLP, diz ARMANDO JORGE PEREIRA LOURENÇO que “o Brasil, potência mundial emergente, e que se está também a afirmar como potência marítima, tem recursos e meios para ter um papel de liderança no espaço do Atlântico Sul, podendo ainda contribuir para o reforço do poder marítimo da CPLP, se se apoiar em Angola, como defende Bessa (2008, p.129)” (PEREIRA LOURENÇO, 2011).

82 Brasil que se projecta como actor global no século XXI: “A próxima década parece trazer um reequilíbrio significativo das relações em torno e dentro do espaço atlântico, com o Atlântico Sul a desempenhar um importante papel em termos políticos, económicos e de segurança. A alteração será conduzida pelo crescimento do Brasil e da África do Sul enquanto actores globais, assim como pelo papel crescente da África Ocidental como fornecedora de energia” (Lesser, citado por FONSECA, 2011).

Permita-se uma referência expressa a esta ideia/objectivo das parcerias empresariais⁸³.

Este é um elemento crítico do processo – que, na nossa opinião, deve ser resultado de um projecto político firme e frontalmente assumido – de progressiva integração económica entre os países da CPLP. A partilha histórica de princípios e valores comuns não pode ser sinónimo – nunca – de perda de referências culturais e sociais de base nacional. Pelo contrário, é a diversidade das partes que faz do todo um *todo* mais rico que a mera soma daquelas, e é exactamente neste patamar que se ver e rever a CPLP⁸⁴. Mas também para isso a integração económica é importante e deve ser pensada e desenhada com estratégia⁸⁵ e sentido da perspectiva do longo prazo (donde a importância do reconhecimento do *devoir*). Acontece que esta integração económica, alicerçada que naturalmente estaria pelos referidos princípios e valores comuns – os tais que só um percurso histórico nem sempre linear permite delinear –, ainda assim precisaria – e tê-lo-ia com toda a naturalidade – de passos no sentido de alguma *integração de base política*. Esta *integração de base política* partiria de uma visão geopolítica e geoeconómica dos recursos naturais dos oceanos e, em particular, dos recursos energéticos do Atlântico⁸⁶ (Sul), e assumiria os processos em curso de alargamento das plataformas continentais⁸⁷ de vários países da CPLP, com

83 A Martifer, grupo português que actua, entre outras, nas áreas da construção naval (por exemplo, foi-lhe recentemente subconcessionada a gestão e exploração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo) e das energias, tem já uma sólida e importante presença em Angola e no Brasil. Poder-lhe-ia ser dedicada esta passagem da Estratégia da CPLP para os Oceanos: “A actuação da maioria dos Estados membros nas áreas tradicionais da actividade portuária, dos transportes marítimos e da construção, desmantelamento e reparação naval apresenta um potencial apreciável, especialmente tendo em conta a significativa percentagem de bens que circulam por via marítima. Estas áreas de actividade representam uma oportunidade para o conjunto dos países da CPLP, dadas as condições geográficas excepcionais dos Estados membros. Neste contexto, o objectivo da Estratégia traduz-se na troca de experiências e práticas entre os diversos países, bem como na partilha de meios e tecnologias”.

84 “Uma organização mais forte é uma organização que defende conscientemente os interesses dos seus Estados membros, procurando convergências estratégicas que consolidem os valores político-diplomáticos em que assenta a cooperação para o desenvolvimento sustentado e para a segurança partilhada, adoptadas desde a sua criação em Julho de 1996, uma verdadeira Comunidade ao serviço dos Estados membros” (BERNARDINO, 2011).

85 O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº19/2013, de 5 de Abril) reforça que “**a incidência estratégica deve dar especial atenção às dimensões** financeira, **energética**, alimentar, demográfica, científica e tecnológica”. Sublinhado nosso. A dimensão energética é, para nós, um pilar essencial no quadro da desejada integração económica na esfera da CPLP.

86 “As consequências geopolíticas da reemergência da Bacia Atlântica são muito importantes para o funcionamento do sistema energético internacional. O Oceano Atlântico pode ser uma plataforma crucial para o fluxo das matérias-primas e da energia; o papel dos recursos do offshore vai tender a crescer; as rotas energéticas e comerciais vão intensificar-se no Atlântico e as consequências para Portugal podem ser múltiplas, atendendo à excelente posição geográfica do país” (COSTA SILVA, 2013).

87 “A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas marítimas (...), nos casos e que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância” (artigo 76º, nº1, da Convenção de Montego Bay).

reconhecido destaque para aqueles que envolvem Portugal⁸⁸, Brasil⁸⁹, Angola e Cabo Verde, como os radicais estratégicos dessa *integração de base política*^{90 91}. Infelizmente, esta não é ainda a abordagem do Conceito Estratégico de Defesa Nacional⁹², pese embora, seguramente, pudesse contribuir de jeito decisivo para a concretização de alguns dos seus objectivos neste domínio, tais como (i) *diminuir a dependência energética de Portugal do exterior e aproximá-la da média da UE (50%)*; (ii) *diversificar fontes de fornecimento e rotas energéticas*; (iii) *tornar efectiva uma política de eficiência energética e apostar nos recursos endógenos do País com a dinamização de clusters competitivos na área das energias renováveis, em particular eólica, solar e biomassa*; (iv) *optimizar os recursos hídricos*; (v) *rever a política de transportes, sector responsável pelo consumo de mais de um terço da energia primária e muito dependente do petróleo*; (vi) *rever a política de gestão de reservas estratégicas de petróleo e gás e*

88 “De acordo com Pinto de Abreu, estima-se que o potencial de recursos energéticos da plataforma continental estendida seja aproximadamente 9,14x10⁹ milhões de euros (...), o que é ilustrativo do virtual impacto para a economia de um país, como é o caso de Portugal” (FERREIRA DA SILVA, 2012).

89 “Os interesses brasileiros na plataforma continental e na «Área» são enormes, envolvendo a produção de petróleo e gás, a pesca, a exploração de nódulos polimetálicos e calcário marinho. A retirada do fundo do mar da maioria desses minerais ainda precisa superar desafios científicos, tecnológicos e ambientais consideráveis, cuja complexidade aumenta quanto mais fundo ou longe da costa eles estiverem” (BARBOSA GUERRA, 2011).

90 **Esta proposta integração de base política seria um factor incontornável no reforço institucional da CPLP e na definição de uma linha de acção política no quadro do sistema internacional, a qual teria, então, condições para se assumir de facto como um actor político-institucional relevante.** Alertando para mutações no domínio da arquitectura institucional das relações internacionais, escreve Loureiro dos Santos que a “mudança que está em curso nas relações de forças entre os Estados já originou consequências em termos de distribuição do poder, fazendo emergir novos pólos e esbatendo a capacidade de influenciar os pólos já existentes. À medida que se for acentuando, modificar-se-ão os comportamentos dos diversos actores com expressão mundial, que se projectarão, necessariamente, e novos ordenamentos institucionais que substituirão paulatinamente os antigos ou os tornarão obsoletos e sem préstimo” (LOUREIRO DOS SANTOS, 2011). **O que se pretende é que, numa lógica estratégica de médio-longo prazo, os países da CPLP a façam – queiram e consigam fazê-lo – assumir-se como um actor com expressão mundial.**

91 “(...) cumprir uma Estratégia da CPLP para o Mar, sendo uma tarefa que não está isenta de complexidade, é inquestionavelmente uma oportunidade que oferece múltiplas vantagens, contribuindo para o reforço da cooperação entre os Estados Lusófonos e gerando consequentes sinergias que possibilitem a operacionalização da referida estratégia. Cremos que este desiderato pode tomar forma, numa primeira fase, no espaço do Atlântico que liga a maioria daquelas nações e é onde reside a massa crítica do espaço lusófono (...)” (PEREIRA LOURENÇO, 2011).

92 “As duas margens do Atlântico Sul têm sido alvo de intensa procura de energia, minérios e produtos alimentares, o que sublinha a sua relevância geoeconómica. As reservas do Golfo da Guiné e de Angola e as jazidas de petróleo e gás no offshore do Brasil representam um contrapeso aos centros tradicionais de poder no sistema energético internacional. O Atlântico, para além de ser uma plataforma capital para o fluxo das matérias-primas e da energia, ficará ainda mais valorizado por ser um oceano aberto. A importância crescente das rotas energéticas e comerciais dá relevo à necessidade de um esforço convergente entre os países costeiros do Norte e do Sul para garantir a sua segurança comum”. É esta a referência mais impressiva que encontramos no contexto da análise do problema da energia (e do seu enquadramento na perspectiva do Atlântico Sul), pese embora afirme a pertença à CPLP e a centralidade atlântica como activos nacionais: “No quadro do processo de planeamento estratégico, com o objectivo de maximizar as capacidades nacionais, importa explorar, pelo que isso representa em termos de elemento multiplicador do potencial estratégico nacional, os seguintes activos nacionais: a história, a identidade e coesão nacionais; a cultura e o espaço linguístico; um regime democrático consolidado; a participação na UE, na OTAN e na CPLP; o mar e a centralidade no espaço atlântico; o carácter arquipelágico do território; o clima e as comunidades de emigrantes”.

adequar a sua magnitude à intensidade das ameaças de interrupção de abastecimento; (vii) impulsionar o potencial para a produção de biocombustíveis e promover uma política integrada de aproveitamento dos resíduos da floresta e dos resíduos urbanos que pode ajudar a transformar resíduos em recursos energéticos; (viii) negociar a participação de Portugal em projectos de redes energéticas transeuropeias. Ainda assim, e pese embora não explorada nem potenciada no espectro do alcance que a mesma atinge, a plataforma continental não deixa de ser enquadrada e cuidada na esfera do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, designadamente do ponto de vista da sua reconhecida importância geopolítica e geoeconómica⁹³.

O desenho e, como agora se vai dizendo, a calibragem das concretas medidas de uma *integração de base política* no quadro da CPLP implicaria, com certeza, um novo olhar para as relações de Portugal no panorama da União Europeia. Não no sentido de uma saída – nada disso – desta organização, mas antes como decorrência da afirmação de um novo elemento – o aprofundamento político-social da lusofonia, com a correspondente afirmação no sistema internacional⁹⁴ – nas expectativas de futuro de um povo europeu que o é desde o século XII⁹⁵.

93 *“A delimitação da plataforma continental configura um território de referência do País, indissociável da sua dimensão marítima acrescida, que consagra a Portugal direitos soberanos na exploração e aproveitamento no elevado potencial dos seus recursos, bem como responsabilidades e desafios num espaço que renova a sua centralidade geoestratégica. Assim, porque só se pode explorar, proteger e preservar aquilo que se conhece, a exploração sustentável dos seus recursos minerais, energéticos e biogénéticos, e consequente criação de valor que promova o desenvolvimento económico, exige que se criem condições que assentam em três fatores críticos de sucesso: melhorar o conhecimento científico, incrementar a capacitação tecnológica e defender a plataforma continental. Portugal pode colocar -se no centro das redes portuárias internacionais e das rotas comerciais e energéticas e ficará com a possibilidade de explorar importantes matérias-primas e recursos energéticos. O mar constitui assim um importante activo estratégico e, por isso, a exploração dos recursos da plataforma continental torna obrigatória a revisão periódica da Estratégia Nacional para o Mar, perspectivando vectores de acção para que o aproveitamento sustentado do mar venha a constituir uma realidade efectiva, no que é determinante a integração e articulação de várias políticas sectoriais, nomeadamente a diplomática, a económica, a educativa, a científica e tecnológica e a ambiental. Como activo estratégico, o mar deve estar integrado numa perspectiva ampla de segurança e defesa nacional”.* Sublinhados nossos.

94 A propósito da desejada e defendida afirmação internacional da CPLP, será bom lembrar a sua dimensão demográfica. De acordo com as *Estatísticas da CPLP 2012*, publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no quadro de um projecto dos Presidentes e Directores-gerais de Estatística da CPLP, a *“população total dos países da CPLP, em 2010, era composta por 244 478 753 habitantes. O Brasil tinha a maior população, 190 755 799 habitantes (78,0%), seguido por Moçambique com 22 416 881 habitantes (9,2%), Angola com 17 429 637 habitantes (7,1%), Portugal com 10 636 979 habitantes (4,4%), Guiné-Bissau com 1 515 224 habitantes (0,6%), Timor-Leste com 1 066 409 habitantes (0,4%), Cabo Verde com 494 040 habitantes (0,2%) e São Tomé e Príncipe com 163 784 habitantes (0,1%)”* (p.30). Muito relevante é ainda saber que as *“pirâmides etárias apresentadas para 2010, de bases largas e picos estreitos evidenciam a estrutura jovem da população dos países da CPLP, exceptuando Portugal que apresenta a base e o topo estreito o que reflecte a tendência idosa da sua população”* (p.44). Sublinhado nosso. Portugal segue, como sabemos, a tendência europeia...

95 Sobre como o *quantum político* e o modo de relacionamento de Portugal com o mar se modificou após a adesão de Portugal às, então, Comunidades Europeias, escrevemos em 2009 que a *“adesão de Portugal às Comunidades Europeias – tendo indiscutivelmente constituído um acto com profunda relevância no contexto da sua afirmação como membro da democracia liberal – determinou um leque vasto de alterações na vida política, económica e social portuguesa, as quais, muito naturalmente, se traduziram também num diverso enquadramento político e jurídico da nossa relação com o Mar. As várias e sucessivas fases da*

E, permita-se ora também esta referência, convirá sempre lembrar que União Europeia e euro (moeda) são realidades políticas relacionadas e relacionáveis, mas não constituem “projectos” que se confundam ou devam confundir. Na verdade, como todos sabemos, dos 28 Estados-Membros da União Europeia, apenas 18 terão o euro como moeda em Janeiro de 2014. Ficam de fora, mantendo as respectivas moedas nacionais, por exemplo, o Reino Unido e as sempre por cá muito admiradas Dinamarca e Suécia⁹⁶. Isto para dizer que, num plano de absoluta responsabilidade política e estruturada consciência cívica não pode deixar de ser ponderada – como opção estratégica de médio-longo prazo e não como escapatória de último e descontrolado recurso de curto prazo – uma eventual saída do euro, mantendo-se Portugal na União Europeia, desde que antecipada e devidamente preparada estivesse a estabilidade cambial do escudo na lógica de um acordo/sistema de paridade cambial com o real (Brasil) que assegurasse margens razoáveis e sistemicamente controladas de oscilação⁹⁷ entre duas moedas de países que deveriam ter já, então, desenvolvido e crescentemente consolidado contextos de efectiva integração económica e empresarial⁹⁸ num espectro largo de sectores, mas nos quais, inequivocamente, se deveria incluir o sector energético em todas as suas dimensões. Este caminho – esta possibilidade – teria (terá) tão maiores expectativas de sucesso quanto mais longe fosse e mais profundo estivesse o processo de *integração de base política* no quadro da CPLP, potenciando-se, dessa forma, todo o

integração europeia e as concomitantes transferências d competências e parcelas de soberania dos Estados-Membros para as Comunidades – depois apenas Comunidade Europeia (CE) – modificaram substancialmente – umas vezes no plano formal, outras no não menos relevante domínio da prática político-diplomática – os poderes estaduais sobre o Mar e os seus recursos” (GASPAR, 2009).

96 Umaz vezes por razões justas e objectivamente compreensíveis e outras por ignorância mimética ou injustificada antecipação de cansaço analítico.

97 Faça notar-se que as “taxas médias de câmbio (custo de uma moeda em relação a uma outra) dos países da CPLP face ao dólar revelaram uma tendência de oscilação. No cômputo geral, de 2003 a 2010, verificou-se uma desvalorização, em relação ao dólar, das seguintes moedas: Dobra (São Tomé e Príncipe); Metical (Moçambique); Kwanza (Angola). Nos restantes países, apesar das variações oscilantes, **em média houve uma valorização das respectivas moedas nacionais em relação ao dólar, com destaque para o real (Brasil)**” (Estatísticas da CPLP 2012, p.196). Sublinhado nosso.

98 **A anunciada fusão da portuguesa PT com a brasileira OI, operadores no mercado das telecomunicações constitui, assim, um magnífico exemplo do que defendemos para as empresas e as economias dos dois países: aprofundamento das fusões empresariais e consolidação das etapas de integração económica, dois momentos essenciais no quadro da constituição de empresas de matriz lusófona relevantes à escala global.** Como se diz no próprio comunicado da PT de 2 de Outubro (o qual dá nota do referido processo de fusão), a “*operação de fusão é uma consequência natural da aliança industrial entre a Portugal Telecom e a Oi, estabelecida em 2010. A combinação dos negócios da Portugal Telecom e da Oi resultará na criação de um operador de telecomunicações líder, cobrindo uma área geográfica com cerca de 260 milhões de habitantes e cerca de 100 milhões de clientes. A transacção consolidará a posição das duas sociedades como o operador líder nos países de língua portuguesa, liderando em todos os mercados em que opera. A combinação dos dois grupos pretende alcançar significativas economias de escala, maximizar sinergias operacionais e criar valor para seus accionistas, clientes e colaboradores*” (sublinhado nosso). Henrique Granadeiro, actual CEO da PT e futuro vice chairman da nova empresa (CorpCo), diz que estamos perante “*a criação de uma multinacional de língua portuguesa em várias geografias*” (jornal Público, 3 Outubro 2013).

universo lusófono a partir do triângulo⁹⁹ Portugal/Brasil/¹⁰⁰Angola¹⁰¹ (a ordem dos vértices é irrelevante do ponto de vista da correspondente importância relativa)¹⁰².

O mar e os seus recursos energéticos¹⁰³, a extensão da plataforma

99 Sobre a importância do Brasil neste triângulo: “Ao analisar a importância do mar para o Brasil afirma que, por ele, o Brasil alcança «a África e Portugal, isto é, a Comunidade Lusíada, o que abre novas perspectiva à expansão brasileira»” (comentando Carlos de Meira Matos, FONTOURA, 2001).

100 “O Brasil visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente sul-americano, projectando-se para o Atlântico Sul e os países limítrofes da África. No continente africano o Brasil tem buscado intensificar a cooperação e o comércio, principalmente com os países de língua portuguesa, no que é facilitado também pelos laços étnicos e culturais existentes” (BARBOSA GUERRA, 2011).

101 No quadro das relações comerciais bilaterais entre Portugal e Angola, os dados mostram que ainda há muito caminho (também no campo político...) por fazer: “Em Angola, em termos percentuais, na quota parte dos valores correntes das exportações por país de destino, durante o período de 2004 a 2010, pode distinguir-se no ranking, a China e os EUA que apresentam médias que se situavam em 33,1% e 25,1%. Dos países da CPLP, Portugal foi o país mais significativo, figurando no 12º lugar do ranking com 0,7%. Nas importações, durante o mesmo período, destacaram-se Portugal com um peso médio de 16,9%, seguido sucessivamente por China, EUA, Brasil e África do Sul com 8,2%, 8,1%, 7,8% e 7,5%, respectivamente” (Estatísticas da CPLP 2012, p.227).

102 Em 2011 dizíamos em artigo publicado no jornal Sol: “(...) A União Europeia é uma coisa e o euro é outra, e é (sempre) indispensável ir pensando num plano B. Para tempos difíceis, ideias arrojadas, e quando o Mundo muda devem mudar os países e a Visão que cada um deles tem (ou não...) sobre o Mundo. Parece que não queremos sair do euro, mas também parece que não é certo que, pelo menos, alguns, não nos queiram ver sair do dito. Parece que não queremos sair porque daí resultaria o caos para a nossa economia: o regresso ao escudo teria colossais implicações na credibilidade externa de Portugal, a dívida externa, pública e privada, aumentaria descontroladamente, as falências subiriam exponencialmente e o desemprego seria ainda mais o pão (que o diabo amassaria) nosso de cada dia. E parece que não é certo que, pelo menos, alguns, não nos queiram ver sair porque, pura e simplesmente, ganhariam – não necessariamente em euros – com isso. Ora, é aqui que a «concreta caracterização histórica, cultural, social e linguística» pode ajudar a potenciar estrategicamente um pensamento sobre o Plano B: o Plano Brasil. O Brasil é um país emergente? Não, é mais do que isso. O Brasil precisa de consolidar a Norte do seu hemisfério a dimensão política da sua mais do que emergente economia? Sim, precisa e quer. O Brasil quer uma maior participação das (suas) empresas brasileiras no mercado europeu e, em particular, nas empresas europeias (a privatizar, por exemplo...)? Sim, quer e precisa. O Brasil fala, escreve e pensa em português? Num certo sentido, depois do Acordo Ortográfico, mais do que nunca. E Portugal? Portugal é um país atlântico e que tem em curso um projecto nas nações Unidas para o alargamento da sua plataforma continental? Sim, é e tem. Aliás, como o Brasil. Portugal precisa de parcerias no domínio da investigação científica e da exploração económica do Mar? Sim, precisa. Aliás, áreas essas nas quais o Brasil está e vai muito à frente. Portugal quer mais e melhor lusofonia económica e o Brasil tem já uma importante presença económica em África? Pois, parece que sim. O triângulo Portugal/África/Brasil (Portugal) pode, afinal, ser um triângulo Portugal/Brasil/África (Portugal)? Claro que pode. Para ser triângulo só precisa de três lados. Enfim, se já pusemos um Rei no Brasil (ainda por cima, pelo seu próprio pé...), por que não pôr lá o nosso escudo através de um acordo de paridade cambial com o real que assegurasse a estabilidade da nossa moeda e da nossa economia? Já viram? O escudo no Brasil e o real em Portugal, ainda e sempre Estado-membro da União Europeia?”

103 Recursos energéticos esses que tanto se mostram disponíveis no plano das chamadas energias limpas quanto no plano dos denominados combustíveis tradicionais, pelo que as estratégias de actuação no campo da correspondente exploração devem ser previamente definidas e articuladas tendo em atenção exactamente isso mesmo (alternativa é isso mesmo; não confundamos com falsos puritanismos ou vanguardismos imberbes). “A procura de energias alternativas (limpas) está no topo das prioridades do investimento no mar. Estas energias provêm de diversas fontes. Seja a energia das ondas, das marés, do vento, térmica, biomassa, todas são importantes nesta estratégia de substituir paulatinamente os combustíveis fósseis. Não será preciso lembrar que Portugal tem sido pioneiro nestas iniciativas, tendo instalado em 1999 (...) do outro lado do canal do Faial, a primeira central-piloto de energia das ondas. Mas também não se pode desprezar a possibilidade de explorar os combustíveis tradicionais enquanto as alternativas não se impõem definitivamente. Nos últimos anos, Portugal tem promovido a realização de pesquisas de hidrocarbonetos e de gás natural ao longo

continental portuguesa¹⁰⁴ (e de outros países da CPLP¹⁰⁵) e as suas inestimáveis¹⁰⁶ potencialidades¹⁰⁷ energéticas¹⁰⁸ e uma gestão política e geoestratégica de tais recursos directa e convictamente assumida pela CPLP¹⁰⁹ constituem, então, os traços essenciais na partida para um novo quadro de relacionamento e de interacções no sistema internacional. Tais traços deveriam constituir a *marca de água* da definitiva consolidação política da Estratégia da CPLP para os Oceanos, a qual assumiria a energia como o eixo central de uma perspectiva holística e integrada de uma dada concepção estratégica do mar. Neste como noutros sentidos, só há política (e acção política) com estratégia (e sentido estratégico)¹¹⁰.

da costa do continente, havendo motivos para acreditar na existência destas matérias-primas nalguns dos locais onde aquelas decorreram. Espera-se que, com a possível existência de outras formas de energia, especialmente na plataforma continental, Portugal ganhe autonomia neste campo, facto que muito pode contribuir para o desenvolvimento nacional” (PINTO DE ABREU, 2013). Da forma como pensamos, **tal autonomia só é efectivamente pensável, tendencialmente alcançável e historicamente concretizável no quadro de uma estratégia de integração de base política no quadro da CPLP que a habilite e impulse para uma gestão (política) integrada da energia.**

104 “(...) em Maio de 2009, e ao cabo de um processo cuidadosamente preparado e estruturado pela Estrutura de Missão da Plataforma Continental, Portugal apresentou uma proposta de extensão da sua plataforma continental para além das 200 milhas náuticas que, após a definição dos limites exteriores, implicará um aumento considerável da área de jurisdição nacional, dos actuais 1,8 milhões para os 3,6 milhões, uma área aproximada à da União Europeia no seu conjunto. Como consequência, 90 por cento da soberania e jurisdição nacional serão exercidos sobre áreas marítimas” (ALMEIDA RIBEIRO, 2013).

105 “A aprovação dos referidos programas permitirá ganhar acesso a mais recursos, sendo que é na Zona Económica Exclusiva e na Plataforma Continental que se situam cada vez mais os interesses dos Estados. Globalmente, é naquelas zonas que se encontram cerca de 95% dos recursos haliêuticos actualmente explorados, bem como a quase totalidade do petróleo e outros recursos minerais (Caron, 2007), que naturalmente terão que ser protegidos da cobiça e depredação alheias” (PEREIRA LOURENÇO, 2011).

106 Por ora.

107 Por exemplo: “A descoberta de hidratos de metano nos fundos marinhos foi um dos factos mais notáveis dos últimos trinta anos. Os hidratos de metano parecem pequenos blocos de gelo e podem ser encontrados na plataforma continental a profundidades situadas entre os 300 e os 2 000 metros (...). Constituem um recurso energético de primeira grandeza, sendo as suas reservas superiores à totalidade das reservas conhecidas de petróleo, gás natural e carvão. Não sendo possível prescindir dos combustíveis sólidos nas próximas décadas, os hidratos de metano poderão colmatar o problema resultante do esgotamento do petróleo barato (...). A sua exploração comercial ainda não começou, mas existe a convicção de que estará para breve” (FERREIRA DA SILVA, 2012).

108 “O Estado costeiro terá o **direito exclusivo** de autorizar e regulamentar as perfurações na plataforma continental, quaisquer que sejam os fins” (artigo 81º da Convenção de Montego Bay). Sublinhado nosso. Tal direito constitui, a nosso ver, um radical absoluto na extrapolação da sua dimensão político-económica.

109 Procurando ensaiar uma reflexão estratégica sobre a energia no quadro da CPLP, eis Berta Cabral, Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional do governo português: “Mas devemos perceber também que a cooperação de Portugal com os países da Comunidade extravasa em muito o interesse na importação de petróleo. A reconfiguração geopolítica em torno da transição da matriz energética dos fósseis para outras – as renováveis – criará uma janela de oportunidade para o nosso País. O percurso do Brasil no que respeita à biomassa é uma realidade que devemos ter em conta na busca da nossa própria via. As competências dos portugueses nas energias renováveis são conhecidas e reconhecidas a nível internacional. Acredito que há espaço para nos afirmarmos como uma nação que conta em termos energéticos. A CPLP é um palco privilegiado para esta afirmação” (CABRAL, 2013).

110 “(...) para a formulação, desenvolvimento e implementação de linhas de acção de uma política marítima, é indispensável desenvolver uma acção integrada que não seja apenas uma justaposição das perspectivas sectoriais. Para obter o referido objectivo tem que se fazer uso do «cimento conceptual da estratégia que as liga e as mobiliza no contexto dos processos destinados a viabilizar o uso do mar na justa medida dos interesses de

Como temos vindo a defender, a Europa e o Mar – e o Mar é também, e muito, a CPLP – não são estratégias incompatíveis nem constituem projectos inconciliáveis. Como lapidarmente escreve FRANÇOIS MARTINS, “A multiplicação das «pertencas» a diferentes organizações internacionais constitui também uma forma de cada Estado aumentar as suas capacidades de intervenção no sistema das relações internacionais em defesa dos seus interesses, ao mesmo tempo que melhora as suas possibilidades de afirmação e autonomia no seio de cada uma das organizações a que simultaneamente pertence”¹¹¹.

A própria União Europeia beneficiaria de um maior e contínuo aprofundamento das relações políticas de Portugal com os restantes membros da CPLP^{112 113}.

Nesta esfera de reforço político da CPLP, e como antes já dissemos, seria crucial o empenhamento político ao mais alto nível do Brasil¹¹⁴ e de Angola^{115 116}. A

desenvolvimento e de segurança» (Ribeiro, 2008, p.34) nacional, regional e global. Nesta linha de raciocínio, e com vista a desenvolver e operacionalizar consistentemente uma Estratégia da CPLP para o Mar, parece-nos pertinente ter em consideração a recomendação do General Cabral Couto, que aponta para a necessidade de satisfazer quatro questões fundamentais: saber o que se quer, querer fazê-lo, poder fazê-lo; saber fazê-lo (Couto, 2009)” (PEREIRA LOURENÇO, 2011). Acrescentamos nós que qualquer uma das quatro questões tem uma dupla dimensão, individual e colectiva.

111 Martins, 2002.

112 “É neste último aspecto que a estruturação de “grandes espaços” em função de afinidades histórico-culturais introduz importantes diferenças. Organizações multiculturais e pluricontinentais como a Commonwealth, como a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Francesa, com a sua Agência da Francofonia, como a Cimeira Ibero-Americana, como a Organização da Conferência Islâmica, ou como a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, reunindo países ligados por laços históricos e por valores culturais partilhados, ao aumentar a frequência das relações entre eles, reforçam as identidades culturais dos diferentes povos congregados, dado que nessas relações é a História comum que se reaviva, são os valores culturais comuns que se afirmam, sendo as diferenças percebidas pela experiência histórica como mutuamente enriquecedoras. E, por outro lado, sendo pluricontinentais, essas organizações podem funcionar eficazmente como pontes ou charneiras entre as diversas organizações regionais a que cada um dos seus membros se encontra também ligado, abrindo-as a relacionamentos privilegiados, mutuamente convenientes” (MARTINS, 2002. Sublinhado nosso).

113 Sobre a importância do reforço político-institucional da CPLP no quadro do seu relacionamento com organizações internacionais de base regional: “Não será simples, não será fácil e certamente demorará tempo, mas é um caminho possível, inteiramente coerente com a nossa condição geopolítica e com a nossa História. Inclui, naturalmente, dado tratar-se de um processo de reciprocidade, o desenvolvimento da CPLP e de todas as suas potencialidades, em particular a de poder ser articulação entre outros grandes espaços, como a UE na Europa, o Mercosul na América do Sul, os diversos espaços regionais de integração económica e política em que participam os países africanos de expressão portuguesa em África” (MARTINS, 2002).

114 De acordo com as Estatísticas da CPLP 2012 (p.31), o “*Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (PIB nominal) do conjunto dos países da CPLP, em 2010, foi cerca de [USD 2 470 104, dos quais USD 2 142 418 do Brasil, USD 228 829 de Portugal, USD 82 471 de Angola, USD 9 550 de Moçambique, USD 4 131 de Timor-Leste, USD 1 661 de Cabo Verde, USD 829 de Guiné-Bissau e USD 214 de São Tomé e Príncipe*” (sublinhado nosso).

115 Sobre a lógica triangular das relações *tricontinentais* – erigidas a partir da base relacional político-diplomática, económico-empresarial e social-cultural entre Portugal, Brasil e Angola, diz Luís Andrade: “(...) é importante referir que articulação luso-brasileira é, de igual modo, essencial à construção de uma plataforma atlântica, cooperativa e utilitária, na articulação dos projectos pela via da troca de experiências em África” (ANDRADE, 2013).

116 “A consolidação, o aprofundamento, o desenvolvimento da CPLP poderá, pois, tornar esta organização altamente proveitosa, em termos da capacidade de afirmação política, e de desenvolvimento social e

importância determinante de cada um deles no quadro do (sub) continente (sul) americano e no continente africano, os seus justos anseios e legítimas expectativas de afirmação e continuado reconhecimento à escala global e a circunstância – (pré) determinada pela geografia e correspondida pela história – de serem países de uso do português como língua oficial, aliadas ao seu poder e potencialidades económicas, fazem destes dois países actores incontornáveis no sistema internacional, em geral, e na geopolítica da energia, em particular. Compreender e “aceitar” estes factos – repete-se, factos – são momentos de reflexão *vs.* acção que todos temos de ter, incluindo os poderes públicos portugueses, no sentido da afirmação do Atlântico (Sul) como o oceano do nosso futuro colectivo¹¹⁷. Desígnio, vocação, afirmação da identidade nacional, energia e desenvolvimento económico são os conceitos que devem marcar o relacionamento de Portugal com o Atlântico (Sul) e com os seus parceiros – essencialmente políticos – da CPLP, principalmente, como vimos, com Angola e com o Brasil^{118 119}. E não olvidemos que é o Atlântico Sul que nos leva ao Índico¹²⁰ e ao Pacífico, o que significa que é

económico, dos seus membros. Uma das vias que, nesse sentido, valerá a pena explorar, parece-nos ser a do aproveitamento das potencialidades do Atlântico Sul, enquanto seu núcleo geográfico. Mas o melhor aproveitamento das potencialidades do Atlântico Sul necessita da convergência das vontades políticas de Portugal e do Brasil, sem a qual, por outro lado, não será possível o desenvolvimento pleno das potencialidades da CPLP” (MARTINS, 2002).

117 Que não apenas da nossa história.

118 “No Atlântico, o estatuto de potência emergente é, geralmente, aplicado apenas ao Brasil. No contexto de que estou a falar, aplico-o também à África do Sul, a Angola e à Nigéria, esta na qualidade de exportador de recursos energéticos, que o Brasil e Angola também detêm. Estes quatro países estão a alterar o panorama da atividade económica através do Atlântico, até agora dominado pelas relações entre os EUA e a Europa, mas que passará a ter uma maior participação do sul, com reflexos directos nos fluxos marítimos entre o Norte e o Sul e entre a América do Sul e África. O seu potencial energético já atrai os interesses da China e Índia, as novas potências emergentes da Ásia, e crescerá com as suas necessidades de procura de novas fontes” (REIS RODRIGUES, 2013).

119 “Nesta organização, Portugal e Brasil aparecem como elementos focais e o Atlântico Sul como referência geográfica central. As já antigas relações bilaterais entre Portugal e o Brasil, de facto iniciadas com a descoberta de há quinhentos anos atrás, encontram agora, quer-nos parecer, no seio da CPLP, a melhor concretização do seu aprofundamento, a melhor institucionalização da sua expansão, podendo aí também ambos os países cooperar efectivamente no apoio ao desenvolvimento dos restantes membros da Comunidade, com benefício para eles e para si próprios. Na dinamização da CPLP, na devida exploração das suas muitas potencialidades, económicas, políticas, socioculturais, todos são igualmente importantes, todos devem beneficiar, todos precisam de cooperar entre si, mas as condições de cada um dos Estados membros no momento actual impõem, de facto, que sejam Portugal e o Brasil, conjuntamente, a desempenhar nessa dinamização o papel principal” (MARTINS, 2002). **Na nossa opinião, o núcleo duro político da CPLP só fica completo com a presença e o empenhamento convicto de Angola.**

120 Exaltando a importância da ligação do Atlântico Sul ao Índico – e, desse jeito, dessa passagem como eixo estruturante daquela a que chamaríamos nós *geopolítica endógena* da CPLP –, diz LOUREIRO DOS SANTOS: “Registe-se que duas das mais importantes linhas de comércio marítimo que conduzem produtos de e para toda a região geopolítica do Atlântico, tanto para a sub-região Norte como para a do Sul, atravessam pontos críticos facilmente neutralizados, numa situação de crise: o Canal do Panamá a Oeste e o Mar Vermelho – Canal do Suez e Estreito de Gibraltar – a Leste, o que dá maior importância aos movimentos de navios pela entrada do Atlântico Sul, ao Sul dos continentes sul-americano e africano, especialmente por este, segundo a rota do Cabo” (LOUREIRO DOS SANTOS, 2011).

por ele que vamos a Moçambique¹²¹ e a Timor-Leste^{122 123}. O Atlântico Sul, sendo o *núcleo geográfico da CPLP*¹²⁴, recoloca Portugal numa posição geopolítica mais central no quadro de relacionamentos daquelas que seriam, assim, as suas duas organizações de referência político-institucional e económica, constituindo o vértice superior¹²⁵ de um triângulo *tricontinental e plurinacional* Europa (Portugal), América (Brasil¹²⁶) e África (Angola¹²⁷), cuja área seria (é) essencialmente dominada pelo Atlântico Sul (e pelas plataformas continentais de seis dos países membros da CPLP). Recuperar centralidade deveria ser, por si só, um desafio, tamanhas são as consequências favoráveis e as implicações positivas que do correspondente recentramento geopolítico¹²⁸ e geoestratégico que de tal processo adviriam para Portugal¹²⁹.

No caso particular do desenvolvimento e consolidação de fortíssimas políticas de cooperação política e económica entre Portugal e Angola no quadro

121 “Moçambique possui também enormes potencialidades energéticas, tanto de electricidade, bem como de grandes reservas de gás natural e de carvão mineral, embora faltem dados sobre esta última componente. A electricidade coloca o país no grupo dos maiores produtores e exportadores no Continente Africano” (*Estatísticas da CPLP 2012*, p.285).

122 No sentido de defender uma maior presença política e influência diplomática do Brasil no âmbito de responsabilidades da CPLP e da lusofonia, veja-se a Folha de São Paulo (13 Outubro 2013): “Em palestra em São Paulo, o Prémio Nobel da Paz timorense José Ramos-Horta exortou o Brasil a aumentar seu envolvimento com os demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esse engajamento, defende Ramos-Horta, deveria incluir desde o financiamento das eleições na Guiné-Bissau, onde ele trabalha como representante especial da ONU, até a criação de uma TV nos moldes da Al Jazeera, do Qatar. «Até hoje, não há um centavo no fundo do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para o financiamento das eleições», disse Ramos-Horta, 63, no ciclo de palestras Fronteiras do Pensamento, que tem promoção da Folha. «O Brasil fará honra a seu status de membro da CPLP se financiar generosamente as eleições»”.

123 “Embora faltem dados sobre a produção do petróleo em Timor-Leste, é sabido (de acordo com as Contas Nacionais de Timor-Leste, 2004-2010) que parte considerável das receitas deste país provém da exportação daquele precioso recurso mineral” (*Estatísticas da CPLP 2012*, p.285).

124 “O Atlântico Sul ganha neste relacionamento um significado especial, como espaço de ligação e como símbolo, de uma relação privilegiada entre Portugal e Brasil, ao mesmo tempo que se apresenta como verdadeiro núcleo geográfico da CPLP” (MARTINS, 2002).

125 Na sua perspectiva meramente geométrica, pois a relevância político-institucional é a mesma.

126 No quadro da CPLP, “o Brasil releva-se como o maior produtor de energia primária, bem como de uma diversidade de fontes de energia, possuindo grandes projectos de energia renovável reconhecidos a nível mundial, com a produção de biocombustíveis a partir de cana-de-açúcar, como é o caso do etanol” (*Estatísticas da CPLP 2012*, p.285).

127 “Angola apresenta-se com ricos recursos energéticos (petróleo e gás natural), sendo que a exportação do petróleo coloca a economia do país nos últimos anos, entre as economias mais aceleradas ao nível de África” (*Estatísticas da CPLP 2012*, p.285).

128 “espaço geopolítico conquista-se primeiro, defende-se depois e, por fim, valoriza-se” (FONTOURA, 2001).

129 “Assim, o Estado português reconquista centralidade na retoma de maior correspondência com África e as Américas. Deste modo, o Estado português resiste à aviltante condição de irrelevante periferia, em consequência do assomo da continentalidade, resultante do alargamento da União Europeia em territórios do centro e do leste. O mar é afinal a única garantia de que Portugal se não confina á Europa, já que a via atlântica propicia o reforço de conexões indispensáveis, a norte, com os preponderantes Estados Unidos, a sul, com os emergentes Brasil e Angola” (FREITAS DE MENESES, 2013). Palavras tão cruas quanto realistas.

da CPLP, verifica-se, ainda, um outro factor que é comum no que toca à influência e ao interesse nas respectivas economias. Estamos a falar da China e da sua necessidade vital de garantir o acesso e o controlo de recursos energéticos, os quais se revelam absolutamente vitais para sustentar as necessidades da sua economia e do crescente nível de exigências de consumo da sua população¹³⁰. A China, através da empresa *China Three Gorges Corporation*, com capital exclusivamente estatal, adquiriu no âmbito da 8ª fase de reprivatização da EDP 21,35% do capital social desta empresa. Este investimento concretiza uma aposta estratégica na EDP e nas suas operações – não só em Portugal – e implica que colectivamente incluamos no nosso mapa de acção política futura e, em particular, no que toca à definição da nossa geopolítica da energia, a China como um actor determinante no quadro da eleição das parcerias e da procura de sinergias político-económicas¹³¹. Também a *State Grid of China*¹³², através da *State Grid International Development Limited* (subsidiária responsável pelas operações internacionais, também com fortíssimos investimentos no Brasil) – tomou uma posição predominante na REN – Redes Energéticas Nacionais¹³³, através da aquisição de 25% do capital social da empresa. Esta operação, tal como, aliás, a da *China Three Gorges Corporation* na EDP, é muito mais do que um mero investimento na estrutura accionista da empresa, trazendo associado um plano estratégico de intervenção no mercado global da energia¹³⁴, no qual se vão assumindo como de indiscutível importância

130 “A República Popular da China é, actualmente, o segundo maior consumidor e importador de petróleo depois dos EUA. E de acordo com dados da Agência Internacional de Energia, será o maior consumidor mundial de petróleo em 2030” (FERNANDES, 2011).

131 “A EDP e a CTG, o maior grupo chinês de energias limpas, vão combinar esforços no sentido de se tornarem líderes mundiais de produção de energia renovável, através de uma parceria estratégica em projectos de energia renovável, sendo que a EDP irá liderar na Europa (nos países onde está presente), EUA, Canadá, Brasil e outros mercados sul-americanos seleccionados, enquanto que a CTG irá liderar nos mercados asiáticos onde está presente e/ou onde possui vantagens tecnológicas ou industriais. No âmbito desta parceria, a CTG irá investir €2MM (incluindo cofinanciamento de investimento operacional) até 2015 em participações de 34-49% em projectos de energia renovável correspondentes a 1,5 GW (líquidos) em operação e prontos a construir, dos quais €800M serão investidos nos primeiros 12 meses após a assinatura da parceria. Adicionalmente, a parceria com a CTG inclui um compromisso firme de financiamento por parte de uma instituição financeira chinesa à EDP, ao nível corporativo, num montante até €2MM com maturidade de até 20 anos. A parceria fortalece o perfil de crédito da EDP mediante o aumento da posição de liquidez financeira com uma extensão de dois anos da cobertura das necessidades de financiamento da EDP até meados de 2015, prevendo-se como objectivo um rácio de Dívida Líquida/EBITDA abaixo de 3,0x em 2015. Adicionalmente, a parceria irá permitir à EDP diversificar as oportunidades de crescimento sendo expectável que aumente os resultados líquidos por acção da EDP a partir de 2012” (comunicado de 22 de Dezembro de 2011, disponível em <http://www.edpr.com/pt-pt/edp-e-china-three-gorges-estabelecem-parceria-estrategica/>).

132 O maior operador chinês no domínio do transporte e da distribuição de energia.

133 A REN actua em duas grandes áreas de negócio: (i) o transporte de electricidade em muito alta tensão e a gestão técnica global do Sistema Eléctrico Nacional e (ii) o transporte de gás natural em alta pressão e a gestão técnica global do Sistema Nacional de Gás Natural, garantindo a recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, bem como o armazenamento subterrâneo de gás natural.

134 Ilustrativas da lógica de internacionalização/mundialização da EDP como empresa globalizada e agente transnacional no mercado da energia – seguramente, uma das variáveis consideradas pela *Three Gorges Corporation* no processo tendente à entrada na estrutura accionista da EDP – são as palavras de ALLAN KATZ, à data, embaixador dos EUA em Portugal: “*Last fall, EDP and Principle Power launched the world’s first offshore floating wind platform not requirement heavy equipment*

quer o Brasil quer África, no caso da CPLP, com Angola e Moçambique¹³⁵ em destaque.

Ora, é indiscutível a crescente importância que Angola vem assumindo no quadro da diplomacia^{136 137} e das políticas chinesas, incluindo, evidentemente, aquelas directamente relacionadas com a energia e os seus indispensáveis recursos. Tal importância é visível não apenas no que tange ao desenvolvimento das relações comerciais entre a China e Angola envolvendo a compra de petróleo, como também no que toca aos investimentos estratégicos que aquela vem realizando nas indústrias extractivas¹³⁸. Este relacionamento entre Angola e a China no domínio dos recursos energéticos e os recentes investimentos chineses em empresas portuguesas na área da energia com dimensão internacional (EDP e REN) são elementos que uma adequada política para a energia não pode minimizar. Pelo contrário, os poderes públicos portugueses e os principais operadores privados nacionais nesta área devem tomar tal confluência de políticas e de intervenções como um referente estratégico da sua geopolítica, quer decisional quer de acção, da energia, captando a dimensão estratégica da CPLP como a entidade político-institucional certa para a concertação de interesses e de vectores político-diplomáticos e político-económicos de intervenção. Dar relevância ao facto de a China olhar estrategicamente para o Atlântico Sul, até

for assembly at sea. The technology makes this type of floating wind platform much more accessible than the few other options for deep-water wind power. It also became the first offshore floating wind turbine to be situated in the waters of the Atlantic Ocean. As this project has continued to develop, the US Department of Energy's National Renewable Energy Laboratory is working with Principle Power to explore the feasibility of using the WindFloat system to also house wave power generation technology. It is possible that in the near future, Portugal may be home to two of the world's most cutting edge US innovations in renewable energy harnessing the resources of the Atlantic Ocean" (KATZ, 2013).

135 A REN e a *State Grid International Development Limited* têm já projectos comuns em desenvolvimento em Moçambique, entre os quais avulta construção da infraestrutura da rede eléctrica que ligará Tete a Maputo.

136 "A diplomacia energética também funciona como um impulso importante para a adopção da medida *going out* (Qu Chu Zou), uma parte importante da estratégia nacional de segurança energética. O objectivo é tentar garantir fontes de petróleo no exterior através da compra de participações em mercados estrangeiros, exploração e perfuração no exterior, e construção de refinarias, gasodutos e oleodutos" (FERNANDES, 2011).

137 "(...) a RPC efectua três tipos de diplomacia energética, para três grupos distintos e com três objectivos diferentes. O primeiro grupo, consiste nos países produtores de petróleo. O objectivo da diplomacia para este grupo é assegurar fornecimentos de petróleo acessíveis, estáveis e seguros, assim como, alargar as oportunidades de acesso a novos investimentos pelas *National Oil Companies* (NOC) chinesas nesses mesmos países" (FERNANDES, 2011).

138 "Sendo a procura energética o factor que mais condiciona a aproximação chinesa ao mercado angolano, compreender-se-á que a China não se limite a comprar petróleo mas também invista directamente na indústria extractiva angolana. Dois meses depois do crédito concedido pelo *Exim Bank* em 2004, a China adquiriu a primeira participação na indústria petrolífera angolana. Através de uma parceria com a companhia que gere os recursos de hidrocarbonetos em Angola, a *Sonagol*, a *Sinopec* conseguiu aceder a 50% do Bloco 18. Esta aliança entre as duas empresas resultou na criação da *Sonagol Sinopec International Limited* (SSI). Esta *joint-venture* detida na sua maioria pela *Sinopec* (55%), tem como parceiros a *Beiya* (agora *Daynan*) *International Development Ltd* e a *China International Holding LTD*, com 31,5% e 13,5% respectivamente" (FERNANDES, 2011).

do ponto de vista da segurança¹³⁹ das linhas de abastecimento de energia¹⁴⁰, é ponto essencial para a boa percepção da referida dimensão estratégica da CPLP. A política marítima da China passa pelo Atlântico (Sul) e esta constitui a oportunidade histórica para a CPLP se posicionar como a placa político-institucional de confluência politicamente orientada de um conjunto de posições geográficas diversas e processos de integração regional distintos, mas unidos, para lá de uma língua *que-é-comum*, por uma mesma necessidade vital, adequada e capacitada para dar uma resposta de longo-prazo aos anseios e expectativas – que lhe são convergentes – daquele (então, parceiro) que se vai já assumindo como potência marítima¹⁴¹.

139 A propósito das questões relacionadas com a segurança, convirá recordar a preocupação manifestada pela NATO na esfera do seu Conceito Estratégico de Defesa e Segurança (Lisboa, Novembro 2010): “*All countries are increasingly reliant on the vital communication, transport and transit routes on which international trade, energy security and prosperity depend. They require greater international efforts to ensure their resilience against attack or disruption. Some NATO countries will become more dependent on foreign energy suppliers and in some cases, on foreign energy supply and distribution networks for their energy needs. As a larger share of world consumption is transported across the globe, energy supplies are increasingly exposed to disruption*”. Sublinhado nosso. Como diz MICHAEL RUHLE, Director da Secção de Segurança Energética na Divisão da NATO de Desafios Emergentes à Segurança, “*Um papel mais forte e mais coerente da NATO na segurança energética não irá surgir por si só. Terá de fazer parte de um esforço mais vasto da NATO para melhorar o papel da Aliança enquanto mecanismo de consultas para além das preocupações mais limitadas, tradicionalmente operacionais e militares. A NATO tem de desenvolver uma cultura de debate político que não se confine a questões que possam envolver a NATO militarmente, mas que também inclua questões políticas de relevância mais vasta. Enquanto todos os debates na NATO forem suspeitos de servirem unicamente como preparação para operações militares, continuará a ser difícil alcançar um debate construtivo e esclarecido acerca dos desafios emergentes no século XXI. Só se os Aliados (re)descobrirem a NATO enquanto fórum de consultas políticas é que serão capazes de tratar a segurança energética como um elemento legítimo numa abordagem abrangente à segurança*” (RUHLE, 2011) Ainda assim, o grosso das preocupações que têm sido apontadas pela NATO e pelos estudiosos (veja-se, por exemplo, o n.º126 da revista Nação e Defesa) do problema da segurança energética (transporte, abastecimento e armazenamento) tem virado a agulha para a Ásia e o leste europeu. É chegada a altura de começar a dedicar mais atenção ao Sul e, em particular, a rodo o enquadramento do Atlântico Sul. Sobre a importância relativa da NATO no espectro da segurança de e defesa de Portugal (incluindo, naturalmente, a defesa dos interesses geoeconómicos da energia que temos vindo a apontar), PAULO TEIXEIRA PINTO é lapidar: “*Já a criação de um exército europeu comum, podendo embora ser racional para a França e a Alemanha, enquanto aspirantes a potências continentais, não faz nenhum sentido para Portugal, para quem o espaço geoestratégico prevaiente continua necessariamente a ser o Atlântico. Donde, a nossa presença militar em termos internacionais assumir como principais aliados, não a Europa enquanto tal, mas os países que compõem a NATO*” (TEIXEIRA PINTO, 2001).

140 “*A China deve tomar medidas para proteger os seus interesses no estrangeiro, especialmente o bom funcionamento das linhas de abastecimento de energia e das rotas de comércio internacionais. Para concretizar os seus novos objectivos de desenvolvimento nos próximos anos, a China deve dar prioridade à expansão das suas forças navais e à segurança das vias marítimas. Deve esforçar-se por se coordenar nessas áreas com outras nações e, em particular, com potências marítimas tradicionais. Num certo sentido, a China transformar-se-á gradualmente de potência terrestre em potência marítima*” (YIZHOU, 2013).

141 “*(...) é útil enfatizar que o mar está hoje no centro do pensamento geopolítico da China. Pela primeira vez desde há séculos, a China definiu-se a si própria como uma potência marítima e decidiu projectar a sua força estratégica nos oceanos. A China é um país continental, que tem uma grande debilidade estratégica: uma saída para o mar relativamente limitada e controlada pela Armada dos Estados Unidos. Por isso é significativo este regresso do mar ao pensamento geopolítico chinês*” (COSTA SILVA, 2013).

A China pode, em síntese, ajudar a potenciar a EDP e a REN como operadores lusófonos (não apenas portugueses) de dimensão internacional no sector da energia. Ademais, e num âmbito político-diplomático mais abrangente, Portugal pode procurar contribuir para estabilizar e resolver alguns potenciais atritos¹⁴² que possam ir existindo nas relações entre as autoridades angolanas e as autoridades e empresas chinesas¹⁴³. Tal como os portugueses devem dar, os chineses dão uma forte importância à história como elemento de aprendizagem, de compreensão do mundo¹⁴⁴ e, conseqüentemente, de governação¹⁴⁵.

No caminho da construção dessa centralidade de Portugal no contexto da CPLP por via da *atlantização* da sua estratégia e acção políticas e da afirmação da língua portuguesa como eixo estruturante para a valorização da CPLP e de cada um e todos dos seus membros como actores políticos relevantes no sistema internacional e nas suas instituições (incluindo aqueles com um papel decisivo no quadro, directo ou indirecto, no esquiço das macro políticas energéticas), deve, na nossa opinião, ser colocada na agenda política a criação de uma cidadania da CPLP, isto é, de uma *cidadania lusófona* – aliás, mais natural e historicamente fundada que a própria e heterogeneamente construída cidadania euro-unionista¹⁴⁶ –, sendo que na definição do correspondente regime jurídico não podiam ficar esquecidos, longe disso, o mapa dos correspondentes direitos políticos, num quadro de razoável e ponderada progressividade, nem o desenho das respectivas liberdades de circulação, de trabalho e de empresa¹⁴⁷. Este

142 Assim saiba e consiga ir resolvendo os seus.

143 "(...) a China está claramente sob pressão do governo angolano no sentido de providenciar condições mais favoráveis de conteúdo local nos contratos para as suas empresas. Este tem sido um dos pontos de maior fricção no relacionamento sino-angolano, dadas as repetidas queixas a propósito do alegado sub-emprego de mão-de-obra local por parte das construtoras chinesas. Acresce que os trabalhadores chineses não procuram qualquer tipo de integração com a população local, seja por diferenças culturais ou dificuldades linguísticas" (PEREIRA, 2011).

144 "Antes, os europeus presumiam que, conforme ficasse mais rica e mais desenvolvida, a China se tornaria inevitavelmente mais parecida conosco. Isso conduziu a uma falta de curiosidade sobre os debates internos da China e a uma tentativa primária de dividir os seus pensadores em «reformadores», que aceitam as ideias ocidentais, e «conservadores», que querem regressar ao passado maoísta da China. (...) os europeus têm de mudar e mapa mental, para lidar com uma China cujas estrutura interna e relação estrutural com o resto do mundo deram uma volta de 180 graus" (LEONARD, 2013). Ora, curiosidade é uma qualidade que historicamente nunca faltou aos portugueses...

145 "A China tem uma ampla tradição de estudo e aprendizagem com a História – em particular de como as lições da História podem ser aplicadas à governação. As próprias gerações de líderes partidários sublinharam a necessidade de utilizar a experiência histórica como guia para as decisões. Como secretários-gerais do partido, tanto Jiang quanto o Presidente Hu Jintao encorajaram repetidamente o estudo da História" (SHULI, 2013).

146 "A cidadania lusófona tem mesmo uma predisposição prática a seu favor. Trata-se do facto de dispor, ao contrário da europeia – que é sobretudo uma tentativa formal de institucionalização do «patriotismo constitucional» (Habermas) – de um elemento do conceito de povo – a língua. (...) A língua permite a expressão directa de uma espécie de cidadania natural, pré-jurídica e pré-política, se pensarmos que a participação começa por se sustentar sobre a possibilidade de comunicação" (LUCAS PIRES, 1997). O sublinhado é nosso.

147 Numa perspectiva diversa, pois fazia entroncar a sua ideia na atribuição da nacionalidade portuguesa, PAULO TEIXEIRA PINTO dizia em 2001 que "(...) é absolutamente imprescindível alterar a nossa Lei da Nacionalidade, proporcionando a todos os naturais de Timor, bem como aos que detêm as

constituiria um traço indelével daquilo a que temos vindo a chamar um projecto de *integração de base política*¹⁴⁸, o qual exigiria, também neste ponto, uma diversa afirmação da lusofonia na esfera alargada da União Europeia: a atlantização da estratégia nacional traria inevitavelmente consigo uma tendencial atlantização da política europeia¹⁴⁹.

Indiscutivelmente com recurso a parcerias estratégicas¹⁵⁰, mas, essencialmente, pela via da definição de um projecto comum definido para uma execução de longo prazo e naturalmente orientado e alimentado por uma vocação que todos tivessem o discernimento de aceitar e à qual, concomitantemente, soubessem corresponder, Portugal deve afirmar a CPLP e as suas relações com Angola e o Brasil como absolutamente vitais para o seu futuro (colectivo) enquanto Nação. As relações Estado *vs.* Estado neste mundo da contemporaneidade reclamam que se exaltem os traços estruturais de identidade, pertença e comunhão e se resolvam as dificuldades conjunturais, qualquer que seja a origem ou a natureza destas. Assumir que, através do Atlântico e de Portugal, o Brasil e a Angola chegam à Europa e ao seu universo económico-empresarial e social e perceber que, também através do Atlântico, Portugal volta a terras às quais também pertence¹⁵¹ é o *clíc* nacional que falta para, quaisquer que sejam os protagonistas políticos, económicos e sociais¹⁵², possamos ensaiar um projecto comum no quadro da

nacionalidades angolana, moçambicana, guineense, cabo-verdiana ou sãotomense, e que legalmente residam em Portugal, a possibilidade de, por sua livre e exclusiva opção, usufruírem de dupla nacionalidade, isto é, de adquirirem o estatuto de cidadãos portugueses de pleno direito sem necessidade de abdicarem da respectiva nacionalidade própria" (TEIXEIRA PINTO, 2001).

148 Sobre a importância da nacionalidade como racional político e como elemento central no exercício das prerrogativas de soberania, escrevemos em 2001 que a "(...) atribuição, lato sensu, da nacionalidade vai funcionando, então, como um campo de constante e subjectivado exercício da soberania estadual, sendo certo que no desenho dos respectivos contornos o próprio Estado se pode comprometer, por força de uma qualquer interacção à qual se submeta em esferas internacionais, no sentido de atenuar as diferenças jurídico-político-sociais resultantes da diversa classificação ora como cidadão nacional ora como cidadão estrangeiro" (GASPAR, 2001). Ora, os povos da CPLP não se são estranhos: não são estrangeiros. Dizer que a *minha (nossa) Pátria é a língua portuguesa* tem de deixar de ser apenas o tom politicamente correcto de seminários e reuniões institucionais, para passar a ser assumido como o referente estratégico da definição de políticas e medidas concretas.

149 "(...) os cidadãos dos Estados terceiros podem mesmo converter uma relação privilegiada com um só Estado-membro numa relação estendida a toda a União Europeia. Portugal, por exemplo, pode funcionar neste caso, como uma espécie de guarda avançada e porto de abrigo dos países de língua portuguesa para o conjunto da União Europeia" (LUCAS PIRES, 1997).

150 "O que importa, nesta fase, é organizar os meios necessários a poder proceder-se à prospecção e subsequente exploração, sendo que o envolvimento de grandes empresas portuguesas, em parceria com empresas estrangeiras experientes na exploração offshore, se impõe como a via mais directa para iniciar a exploração da plataforma continental" (PITTA E CUNHA, 2011). Fazer exactamente isto no quadro da CPLP reivindica, naturalmente, uma forte e convicta presença do Brasil e das suas empresas no empreendimento.

151 Numa reflexão dedicada às relações entre Portugal e o Brasil, diz Loureiro dos Santos que no "(...) actual contexto e no âmbito da sua previsível evolução, Portugal (arrisco dizer também o Brasil) tem todo o interesse em posicionar-se face ao Brasil potência global, no século XXI, como o Reino Unido se posicionou face aos EUA durante o século XX" (LOUREIRO DOS SANTOS, 2011).

152 Na verdade, os protagonistas económicos – as empresas e os empresários – e muitos cidadãos já o perceberam, criando e reforçando laços pessoais e económico-sociais em todos os países da CPLP,

CPLP que a todos traga retorno existencial e económico numa base duradoura. Se precisássemos todos de um pretexto para a afirmação dessa vontade política de erigir um projecto político-económico na esfera da CPLP, o mar e os seus recursos energéticos dão-no. No futuro – mais próximo e menos próximo – a geopolítica da energia vai objectivamente impor os oceanos como espaços de conflito político¹⁵³ ¹⁵⁴ e disputa económica¹⁵⁵ ¹⁵⁶. A vida (a vivência) e a convivência dos diversos actores do sistema internacional na esfera das relações internacionais – públicos e privados, estaduais e não estaduais, políticos e económicos e sociais, individuais e colectivos – vai ditar a necessidade da definição, por parte de cada um daqueles, de um projecto estratégico para o mar, colocando este no centro (e no epicentro) dos conflitos internacionais dos séculos XXI e XXII. Não perceber isto, num quadro de tendencial sobrepopoamento planetário, de crescimento dos níveis de consumo e de corrida aos recursos energéticos, é ficar sentado à espera da tempestade perfeita.

E, convenhamos, a perspectiva do mar e dos (seus) recursos energéticos como elementos centrais de um projecto de base política só é ontologicamente pensável e estrategicamente desenhável na justa medida em que esse mar é um mar da língua portuguesa¹⁵⁷. O Atlântico português é um oceano a Norte e a Sul do Equador, pois é nesse sentido (Norte → Sul) que a língua portuguesa desenhou o devir da história da lusofonia. Sendo lusófono, o Atlântico Sul é, assim e também, *um mar português*, da mesma forma que o Atlântico sob jurisdição nacional portuguesa – independentemente dos poderes soberanos que em concreto estejam presentes no quadro dos princípios e das regras da

com destaque natural para Angola e o Brasil.

153 “(...) a possibilidade dos Estados estenderem a plataforma continental para além das 200 milhas náuticas assume inegável relevância. Esta importância advém da possibilidade de acesso aos recursos minerais, energéticos e biogénéticos que a plataforma potencialmente encerra, **podendo daqui resultar alterações da relação de força entre os Estados**” (FERREIRA DA SILVA, 2012). O sublinhado é nosso.

154 “**A competição por recursos naturais escassos, designadamente a água e os recursos energéticos, tem um elevado potencial destabilizador, podendo levar a situações de violência e conflito armado**” (Conceito Estratégico de Defesa Nacional). Sublinhado nosso.

155 “(...) assistiremos neste século XXI a uma verdadeira «colonização» do mar pelo «homem»” (PITTA E CUNHA, 2013).

156 “Caso tenhamos capacidade para explorar os recursos minerais, energéticos e biogénéticos da plataforma continental nacional podemos obter evidentes benefícios económicos, que depois de correctamente aplicados nos outros domínios de atividade do Estado, podem traduzir-se num aumento do Poder nacional. Atendendo a que as atuais reservas de petróleo e gás natural se encontram em regiões geopolíticas instáveis, que os combustíveis fósseis em terra se vão esgotando progressivamente, e que o desenvolvimento tecnológico tornará viável, do ponto de vista económico, a exploração energética do mar profundo, vamos assistir a uma aposta na exploração do potencial energético da plataforma continental, por parte dos países com capacidade para tal. De igual modo, a exploração do gás natural obtido a partir dos hidratos de metano existente no fundo do mar, pode contribuir para aumentar a oferta energética, diminuindo a dependência externa de Portugal” (FERREIRA DA SILVA, 2012).

157 “(...) a língua é um factor decisivo na nova ordem mundial. Já se pode até falar numa geopolítica da língua. Seria irresponsável não perceber que somos neste plano muito mais proporcionalmente relevantes à escala planetária do que a nossa própria real importância política, social ou económica obrigaria” (TEIXEIRA PINTO, 2001).

Convenção de Montego Bay – é igualmente *um mar* da CPLP. A gestão conjunta e integrada, no âmbito de uma dinâmica política nascida e criada no seio da CPLP, dos espaços marítimos sob jurisdição – presente e futura – de qualquer um dos seus membros constitui um desafio e um caminho que os actores políticos e os povos saberão vencer e desenhar. A exploração e a rentabilização (política e económica) dos recursos energéticos – escassos por natureza e estratégicos por definição – exigem uma estratégia política de alto nível e longo alcance. O Brasil tem, nesta como noutras dimensões da alavancagem da lusofonia nos andamentos da política internacional, um papel decisivo¹⁵⁸.

Numa palavra, é nossa fundada convicção que a defesa e a promoção dos recursos energéticos do mar português – incluindo, claro, os da sua plataforma continental alargada¹⁵⁹ – será tão mais clara e eficiente quanto for desenvolvida no quadro de uma estratégia da CPLP para o mar da lusofonia – o Atlântico (Sul) –, e não tanto na esfera da Política Marítima da União Europeia¹⁶⁰. A centralidade das políticas é condição decisiva para o seu sucesso e resultados¹⁶¹. Nestes termos, o caminho não pode ser a *euro-unionização* dos recursos energéticos da plataforma continental portuguesa¹⁶². Pelo contrário, o caminho deve ser a sua *comunitarização*

158 “(...) a aposta do Brasil no Atlântico Sul pode ser vista tendo em conta a percepção de que dispõe de capacidade para explorar os recursos ali existentes, assim como também há um reflexo de domínio do espaço marítimo e de afirmação da soberania brasileira nos espaços contíguos. Assim, podemos identificar o reconhecimento do Atlântico Sul como uma área estratégica dada a confluência de rotas comerciais e a abundância de recursos energéticos fulcrais para o desenvolvimento do Brasil” (FONSECA, 2011).

159 Artigo 77º da Convenção de Montego Bay: “O Estado costeiro exerce direitos de soberania sobre a plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais” (nº1); “Os direitos (...) são exclusivos, no sentido de que, se o Estado costeiro não explora a plataforma continental ou não aproveita os recursos naturais da mesma, ninguém pode empreender estas actividades sem o expresse consentimento desse Estado” (nº2); “Os direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental são independentes da sua ocupação, real ou fictícia, ou de qualquer declaração expressa” (nº3); “Os recursos naturais (...) são os recursos minerais e outros recursos não vivos do leito do mar e subsolo” (nº4).

160 No âmbito da União Europeia e, em particular, do instrumento de *soft law* *Energia 2020 – Estratégia para uma Energia Competitiva, Sustentável e Segura* (Novembro 2010), deve referir-se que a única referência a um trabalho articulado com o continente africano e os seus países vai no sentido de garantir o acesso das populações à energia: “A Comissão lançará uma cooperação importante com África sobre iniciativas no domínio da energia a fim de proporcionar progressivamente energia sustentável a todos os cidadãos, em conformidade com o Livro Verde sobre Política de Desenvolvimento”. **Esta dimensão, absolutamente determinante do ponto de vista da dignidade da pessoa humana, de uma visão personalista das relações internacionais no quadro de mecanismos de cooperação e desenvolvimento e da melhoria progressiva das condições de vida, não é, contudo, complementada com a visão estratégica inerente a uma gestão política dos recursos energéticos. E é precisamente neste ponto, com esta preocupação e com este propósito que defendemos a integração de base política no andamento da CPLP.** Ainda assim, no Livro Verde sobre a referida Estratégia (Março 2006) é dito que a “(...) nova estratégia UE-África, que prevê as interconexões de sistemas energéticos como objectivo prioritário, poderia também ajudar a Europa a diversificar as suas fontes de aprovisionamento de petróleo e de gás”.

161 “(...) se somos periféricos no continente somos também centrais no espaço atlântico, donde a conveniência em exponenciar a nossa qualidade de porta de acesso às rotas dos continentes africano, americano e asiático” (TEIXEIRA PINTO, 2001). Sublinhemos que a centralidade atlântica de Portugal encurta distâncias para o Índico e para o Pacífico, o que significa que nos aproxima geográfica e politicamente – e, desse modo, geopoliticamente – de Moçambique e de Timor-Leste.

162 “As acções – ou omissões – do Estado português tem reflexos em mais do que uma esfera nos rolamentos

no quadro da CPLP, pensada não já para amanhã¹⁶³, mas seguramente a partir já de amanhã^{164 165}.

Parcerias empresariais¹⁶⁶, consórcios tecnológicos¹⁶⁷ e projectos comuns de I&D¹⁶⁸, enquanto momentos determinantes no quadro de uma gestão empresarial inteligente e diligente da energia¹⁶⁹, não só, mas também do Atlântico (Sul)¹⁷⁰, têm, no nosso juízo, de ser pensados também no quadro de uma perspectiva de (muito) longo prazo dos países da CPLP e, em especial, de Portugal, que tenha a *razão de Estado* e

dos fora internacionais e deve ser lembrada com redobrado ênfase a Declaração efectuada no contexto da aprovação pela CE da Convenção de Montego Bay sinalizadora da possibilidade de o carácter dinâmico e evolutivo da UE poder ditar o alargamento das competências e do espectro da intervenção da CE no espectro da Convenção de Montego Bay, naturalmente à conta da compressão fatiada da soberania dos seus Estados-Membros” (GASPAR, 2009). É precisamente este o caminho que Portugal e os seus poderes públicos têm o imperativo de recusar e o dever de evitar.

163 *“Portugal atravessa uma situação muito difícil e, para sair dela, é preciso resolver o curto prazo mas com uma perspectiva de futuro. Um dos erros mais frequentes na gestão das crises é deixarmo-nos devorar pelo curto prazo e adoptar medidas avulsas, sem um pensamento e um plano integrado. Não se pode negligenciar a dimensão estratégica e geopolítica que o país tem de ter para construir um caminho para o futuro”* (COSTA SILVA, 2013).

164 *Encontramo-nos “no tempo histórico certo para a defesa do interesse nacional de Portugal como Nação e Estado Marítimo e para a demonstração nos tabuleiros da diplomacia e da política europeias – on job e não apenas na retórica discursiva das intervenções políticas e na semântica dos textos normativos – da sua vocação atlântica”* (GASPAR, 2009). É precisamente este o caminho que Portugal e os seus poderes públicos têm o imperativo de delinear e o dever de percorrer.

165 *O tempo da conjuntura pode ajudar a compreender e a aceitar o (pré)determinismo do *devoir* estrutural: “Numa altura em que Portugal atravessa uma das maiores crises da sua história, com a sua soberania hipotecada, e o seu projecto de integração europeia e risco de descambar o maior equívoco estratégico da sua multissecular história, não causa surpresa que o apelo do mar se faça sentir de novo”* (SOROMENHO MARQUES, 2013).

166 *“A criação de um cluster marítimo é um relevante impulso para a dinamização do sector marítimo. O sucesso do desenvolvimento de clusters depende da acção inovadora do sector privado e de outras partes interessadas, mas também da coordenação entre entidades públicas dos vários Estados membros. A constituição de um “cluster lusófono” representa um objectivo ambicioso e uma oportunidade que poderá revelar-se vantajosa”* (Estratégia da CPLP para os Oceanos). A referida coordenação entre entidades públicas dos vários Estados membros é elemento da por nós defendida integração de base política.

167 *“As biotecnologias marinhas constituem um ramo em forte expansão onde se adivinha um potencial elevado. Neste campo, é essencial a difusão do conhecimento e partilha de informação entre os vários Estados membros, bem como o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias e o reforço de redes de ciência e de investigação”* (Estratégia da CPLP para os Oceanos).

168 *“No que respeita ao conhecimento, destaca-se a importância da investigação, tanto fundamental como aplicada, e do conhecimento técnico e científico, da partilha de dados e informação e da formação dos recursos humanos ligados ao mar”* (Estratégia da CPLP para os Oceanos).

169 *“A exploração das energias renováveis encontra-se em crescimento, como alternativa de futuro aos hidrocarbonetos. São exemplos a energia das marés, a energia das ondas, o aproveitamento da biomassa marinha, a conversão da energia térmica e ainda a energia eólica offshore. Pela inovação e complexidade, a partilha de informação administrativa, técnica e científica constitui um objectivo para os países da CPLP. As reservas de hidrocarbonetos nos fundos marinhos representam uma percentagem considerável do total das reservas mundiais. Vários países da CPLP apresentam reservas em exploração ou com potencial exploratório. A partilha de conhecimentos neste campo é um reconhecido objectivo desta Estratégia”* (Estratégia da CPLP para os Oceanos).

170 *“O Brasil desenvolve um programa de pesquisa para a prospecção e exploração de recursos minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial, buscando identificar e avaliar a potencialidade mineral de áreas com importância económica e estratégica, além do limite de suas águas jurisdicionais. Com esta finalidade, vem realizando o reconhecimento geológico para o levantamento da potencialidade mineral dos depósitos de crosta cobaltífera na região da Elevação do Rio Grande, primeira desse género efectuada pelo Brasil”* (BARBOSA GUERRA, 2011).

o *sentido da perenidade* como estacas inamovíveis no contexto de uma visão nacional que se não deixa tolher pelo curto prazo que caracteriza a navegação de cabotagem¹⁷¹. O alargamento das plataformas continentais dos países da CPLP, tendo lugar no contexto da arquitectura procedimental e decisional da Organização das Nações Unidas (ONU), deve justificar um aprofundamento das relações políticas entre os membros da CPLP (e no quadro desta) e surge, assim, como a boa oportunidade para que, enquanto CPLP e numa lógica político-diplomática concertada, os seus membros actuem junto da ONU na afirmação política de um (único) interesse *que-é-comum*. Na realidade, é isto mesmo o que resulta da Estratégia da CPLP para os Oceanos, assumida que seja ela do ponto de vista da sua dimensão política e com a visão estratégica¹⁷² que deve ter¹⁷³. É na própria Estratégia da CPLP para os Oceanos que se defende que a *“maior projecção internacional da CPLP requer uma acção concertada por parte da organização e dos seus Estados membros. Neste contexto, o factor distintivo do mar enquanto espaço privilegiado de cooperação entre os Estados membros poderia servir de base a uma iniciativa de projecção internacional da CPLP”*. No envolvimento desta perspectiva de projecção internacional da CPLP, *dever-se-á “promover a concertação no âmbito das organizações internacionais sempre que sejam abordadas questões relativas aos oceanos sobre as quais exista, ou possa ser previamente coordenada, uma orientação partilhada pelos Estados membros. Essa concertação poderá traduzir-se numa declaração em nome da CPLP, nomeadamente a cargo do representante da Presidência em exercício, bem como no apoio a candidaturas dos Estados membros ou dos seus representantes, a cargos dos órgãos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”*. Falar em nome da CPLP e *lobbying* institucional e politicamente assumido a favor de *candidaturas CPLP* a determinados cargos internacionais constituem magníficos exemplos de pequenos passos no quadro de uma lógica de concertação política¹⁷⁴ pela qual sempre deve

171 *Navegação de Cabotagem* que é também o título de um livro de memórias do escritor brasileiro Jorge Amado.

172 E geoestratégica, pois é de geografia que aqui (também) falamos.

173 *“A concertação político-diplomática no plano internacional implica a criação de mecanismos específicos, como as Reuniões de Ministros da CPLP responsáveis pelos Assuntos do Mar. Estas Reuniões terão por objectivo a concertação entre estratégias dos oceanos dos Estados membros de forma a que a CPLP assumira uma voz activa nos fora internacionais que abordam questões relacionadas com os oceanos. Estas Reuniões deverão constituir grupos de trabalho em áreas consideradas de maior relevo para a Estratégia da CPLP para os Oceanos, bem como uma rede de Pontos Focais. Para além de posições sobre os assuntos em debate na comunidade internacional, a concertação entre países da CPLP na área dos oceanos permite iniciativas de âmbito internacional, contribuindo para a afirmação da CPLP no contexto da agenda global dos oceanos. Torna-se necessário que a Estratégia da CPLP para os Oceanos constitua um passo para uma política da CPLP para os oceanos, afirmativa e assertiva no contexto internacional, promovendo os interesses dos Estados membros de forma sustentável”* (Estratégia da CPLP para os Oceanos. Sublinhados nossos).

174 Veja-se, por exemplo, neste quadro, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional: *“O português é a terceira língua europeia com maior número de falantes no mundo e ocupa o quinto lugar entre as línguas mais usadas na Internet. Para potenciar estes recursos é necessário atribuir uma elevada prioridade à internacionalização da cultura nacional e da língua portuguesa, enquanto meios cruciais de afirmação da identidade e da soberania nacional, desenvolvendo, de forma coordenada, as seguintes linhas de acção estratégicas: (...) Reforçar a presença do português como língua de cultura e de comunicação internacional, designadamente promovendo esforços, em conjunto com outros países lusófonos, no sentido de o*

começar – e consolidar-se – um qualquer processo de *integração de base política*, o qual em nada tocaria nos alicerces fundacionais da CPLP que constituem os seus princípios orientadores consagrados no artigo 5º dos respectivos Estatutos, com referência especial aos princípios da *igualdade soberana dos Estados membros*, da *não ingerência nos assuntos internos de cada Estado*, do *respeito pela identidade nacional* e do *respeito pela integridade territorial*.

É, inequivocamente, neste plano da enunciada *acção concertada* que se inscreve a preocupação subjacente ao Capítulo 3 da Estratégia da CPLP para os Oceanos dedicada aos *Mecanismos de Governação*, através dos quais se procura desenvolver *ferramentas de governação*¹⁷⁵ e promover o adequado *enquadramento institucional*¹⁷⁶ no sentido da *concertação de políticas*. É no âmbito destes *Mecanismos de Governação* que se projecta a criação das *Reuniões de Ministros da CPLP Responsáveis pelos Assuntos do Mar*¹⁷⁷, as quais assumem a prossecução dos seguintes fins: (i) a *promoção da concertação política entre os Estados membros*, (ii) a *promoção, coordenação e monitorização das acções de cooperação*, (iii) a *definição dos instrumentos específicos para o desenvolvimento da sua actividade*, (iv) a *coordenação de posições em fora da comunidade internacional* e (v) o *acompanhamento das acções para a gestão sustentável dos oceanos*¹⁷⁸.

Faça notar-se que, no respeito pelo espírito de continuidade¹⁷⁹ que qualquer estratégia e/ou acção de coordenação e concertação política deve ter, o Secretariado Técnico Permanente é constituído por três pontos focais, (i) do Estado membro que deteve a Presidência no ciclo precedente, (ii) do Estado membro que a detém e (iii) do Estado membro que irá previsivelmente assumir a mesma¹⁸⁰.

português passar a ser uma das línguas oficiais das Nações Unidas". Sublinhado nosso.

175 "(...) pela diversidade de intervenientes, pelas especificidades regionais e locais existentes em cada país, bem como pela multiplicidade de actividades relacionadas com o mar, torna-se necessário desenvolver ferramentas de governação adequadas que sejam claras e consensuais, de forma a contribuir para uma estratégia para os oceanos competitiva e sustentável".

176 "Para tal, o enquadramento institucional poderá ser ajustado à necessidade de desenvolver políticas marítimas integradas, que tenham em conta a diversidade de modelos de gestão dos assuntos do mar, a necessidade do planeamento e ordenamento espacial das actividades marítimas nos vários países da CPLP e o diverso enquadramento dos regimes legais".

177 "Os mecanismos específicos de cooperação e mobilização da CPLP deverão funcionar como forma de concertar não só as políticas dos oceanos entre os países da CPLP, como também as posições dos diversos Estados membros nos assuntos do mar nos vários fora internacionais. A concertação de políticas deverá assentar numa dinâmica de comunicação entre os Estados membros através da criação de Reuniões de Ministros da CPLP responsáveis pelos Assuntos do Mar, que constituem um projecto da presente Estratégia. Estas Reuniões, assistidas por um Secretariado, deverão ser suportadas por uma rede de Pontos Focais que assegurem o apoio técnico e a operacionalização das propostas, facilitando a articulação entre os vários membros da CPLP".

178 Cf. artigo 2º do Regimento Interno da Reunião de Ministros da CPLP Responsáveis pelos Assuntos do Mar, aprovado na 1º reunião realizada em 2010 (Portugal).

179 Esta perspectiva de continuidade implica políticas de longo prazo, tal como aponta a Resolução sobre os Desenvolvimentos da Estratégia dos Oceanos da CPLP, aprovado no quadro da II Reunião de Ministros da CPLP Responsáveis pelos Assuntos do Mar, que teve lugar em 2012, em Luanda: "Considerar como objectivo a ser alcançado, a gestão sustentável dos oceanos, privilegiando uma abordagem de longo prazo e de cooperação internacional, no quadro dos desafios emergentes".

180 Artigo 9º do Regimento Interno da Reunião de Ministros da CPLP Responsáveis pelos Assuntos do Mar.

Isto é, no quadro procedimental e no plano organizatório, os instrumentos existem. Falta a alavanca política¹⁸¹.

A Estratégia Nacional para o Mar 2013/2020 – a qual se saúda numa perspectiva de reconhecimento institucional do valor intrínseco e da importância estratégica do mar no contexto da definição de políticas públicas (mas em cuja execução devem participar indiscutivelmente actores *não-públicos*) adequadas ao desenvolvimento e ao relançamento internacional de Portugal – não contém, ainda assim, na nossa opinião, a justa visão no que toca à importância da CPLP no quadro do potencial de desenvolvimento económico com base nos recursos energéticos do *Atlântico da lusofonia* (num certo sentido – o do *devoir* histórico e do relacionamento e posicionamento geoestratégico de Portugal – todo o *Atlântico lusófono*, incluindo o português, é *Atlântico Sul*), pelo que não logra lançar – nem alcançar, por isso – uma lógica de gestão político-lusófona da energia do Atlântico Sul. Limitando-se a dizer que “Portugal pode e deve contribuir no quadro da CPLP para a produção de pensamento estratégico no que respeita à concertação de posições sobre as políticas marítimas globais” e que “Portugal, ao longo dos últimos anos, tem vindo a reforçar a sua capacidade operacional e multidisciplinar na preparação de projectos de extensão da plataforma continental e de acesso aos fundos marinhos, particularmente no quadro da cooperação internacional desenvolvida no âmbito da CPLP”, a Estratégia Nacional para o Mar 2013/2020 terá contribuído para que, numa visão integrada e coerente do mar, da energia¹⁸² e da defesa nacional, fôssemos perdendo a capacidade de delinear uma verdadeira e inequívoca estratégia.

Oxalá não seja assim ou, se o for, que ainda possamos ir¹⁸³ a tempo de erigir uma outra e nova realidade estratégico-conceptual¹⁸⁴ capaz de se impor no incessantemente complexo mundo das relações e do sistema internacional¹⁸⁵.

181 Não bastam – longe disso – proclamações vagas como as decorrentes (Declaração de Luanda) da II Reunião de Ministros da CPLP Responsáveis pelos Assuntos do Mar “(...) os Ministros responsáveis pelos Assuntos do Mar da CPLP ou seus representantes (...) Exortam os Estados membros a implementar as iniciativas aprovadas e a renovar o seu compromisso com a Estratégia dos Oceanos da CPLP; Recomendam a mobilização de recursos, pelos Estados membros da CPLP, para as atividades a realizar no quadro da Estratégia, incentivando à implementação de todas as suas iniciativas”. É preciso acção política e, para isso, é necessário decisão política e compromisso nacional.

182 Até porque Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 (*Estratégia para a Eficiência Energética - PNAEE 2016*) e o Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis para o período 2013-2020 (*Estratégia para as Energias Renováveis - PNAER 2020*) são, basicamente, instrumentos de gestão tributários de políticas e orientações euro-unionistas (cf. Resolução do Conselho de Ministros nº20/2013, de 10 de Abril de 2013).

183 Todos e cada um dos membros da CPLP.

184 “A concepção e a prática das estratégias, por sua vez, evitará que o Estado seja conduzido pelos acontecimentos, e se veja, inesperadamente, posto perante situações de facto consumado, ou de evolução já muito adiantada, que lhe imponham ou a perda de interesses importantes, ou a necessidade, em situações já desfavoráveis, de recorrer à violência, para defender interesses vitais. Em vez de ser conduzido ao sabor das estratégias adversárias, a concepção e prática atempada de estratégias adequadas permite que o Estado intervenha efectivamente na materialização do seu próprio destino” (MARTINS, 1984).

185 “A estratégia será portanto uma actividade orientada, em ambiente hostil, e lançando mão de todos os meios e recursos (forças), para aquisição de objectivos disputados entre Unidades Políticas. Actividade, objectivos, meios, ambiente hostil, Unidades Políticas, serão então os cinco elementos essenciais do conceito” (MARTINS, 1984).

IV. Conclusões

De jeito a valorizar a objectiva captação das conclusões desta nossa – como dissemos desde logo na nossa (muito breve) introdução – *reflexão analítica e prospectiva sobre os pressupostos históricos, as condições geográficas, as condicionantes económicas e sociais e as vontades políticas necessárias e suficientes à definição de uma geopolítica da energia para a CPLP apta a responder satisfatoriamente aos desafios da conquista e manutenção de recursos energéticos (escassos por natureza e estratégicos por definição) num sistema internacional marcado pela disputa e pelo conflito, optamos pela abordagem tópico-discursiva:*

O mar português constitui um factor (pré) determinante na (e da) história de Portugal.

*A relação de Portugal com o Atlântico constitui uma evidência física e uma inevitabilidade geográfica. O tempo mostra que a Nação portuguesa soube honrar tal legado e conseguiu construir sobre a sua frente atlântica os alicerces da **consolidação, identidade e independência.***

*Portugal soube fazer a sua história através de opções políticas que **assumiram a geografia como um referencial determinante do respectivo sentido estratégico.** Isto quer dizer que quis e soube fazer **geoestratégia** no quadro da definição e afirmação das suas opções políticas.*

*Portugal correspondeu ao **apelo geoatlântico** com a definição e a execução de uma **estratégia geopolítica**, compreendendo e aceitando a influência e a importância que a geografia tem no panorama das escolhas políticas, mas também actuando na e com a geografia e as suas características.*

Portugal geopolitizou o Atlântico Sul.

A Europa e o mar não são projectos antagónicos nem inconciliáveis.

*É preciso aceitar que quer a Europa (física) quer o mar são realidades objectivas que se nos impõem. São geografia. **A questão não é se aceitamos a Europa e o mar, mas antes saber como aceitamos e como intervimos na Europa e no mar.** Isto é, saber como quer Portugal definir o quadro geoestratégico da sua linha de actuação no âmbito do sistema internacional.*

*Na perspectiva da Europa como União Europeia, quanto mais incisivo for o processo de deslocação do seu núcleo duro e centro político-gravitacional no sentido oriental maior será a dificuldade de afirmação da sua vertente atlantista, o que, por sua vez, **causará acrescidas dificuldades no quadro da compatibilização geopolítica da posição portuguesa no domínio conjugado da Europa e do mar.** O alargamento do mapa político da Europa (para oriente, designadamente) traz consigo a inevitabilidade de alterações no domínio da definição geoestratégica das correspondentes prioridades, o que faz de Portugal um país cada vez mais descentrado dessa Europa.*

*A proximidade ao centro decisório e político-estratégico da União Europeia constitui uma medida da importância relativa e da análise centralidade vs. periferia à qual cada Nação se deve permanentemente impor no espectro reflexivo da definição do seu **“sentido do espaço”**.*

*Para que a Europa e o mar não se tornem num futuro próximo projectos antagónicos nem inconciliáveis é imperioso que os poderes públicos portugueses (se) conquistem e exibam à Nação a vontade política para a afirmação de um novo paradigma: **pensar Portugal, agir global.***

*No quadro da CPLP, o respeito pelos princípios da igualdade soberana e da não ingerência nos assuntos internos, entre outros, mostram estarmos perante verdadeiras **relações Estado vs. Estado** que prosseguem objectivos de concertação político-diplomática, de cooperação e de promoção e difusão da língua portuguesa.*

*Mas se a língua é o cimento, o mar é a geografia que a possibilita tornar-se comum. Isto é, **sem o mar – e sem o Atlântico, em particular – a língua portuguesa não teria saído da Europa** e, nessa medida, deixando-se acantonar, não seria nunca a língua de oito países de quatro continentes. Sem Atlântico não há, nem nunca teria havido, CPLP.*

*A Estratégia da CPLP para os Oceanos constitui um quadro bastante vasto e abrangente de linhas de acção capazes de, com o **adequado impulso político e sob uma forte liderança**, possibilitar a todos os membros da CPLP uma intervenção, qualquer que seja a sua natureza, mais sólida, concertada e eficaz sobre os oceanos e, por maioria de razão, sobre o Atlântico (Sul). Um ponto que deve ser justamente salientado é o de que a Estratégia da CPLP para os Oceanos assume, de imediato, o seu potencial político-estratégico na perspectiva – e na expectativa – do fortalecimento político da CPLP como organização viva, actuante e liderante no sistema internacional.*

*Os oceanos, em geral, e o Atlântico (Sul), em particular, devem constituir a pedra de toque para o **aprofundamento dos patamares de integração económica e política entre os diversos membros da CPLP**, que permitam fazer desta, no espectro de uma opção politicamente consciente e voluntária, um espaço intercontinental de afluência da língua portuguesa e de confluência dos desígnios dos seus povos.*

*As parcerias empresariais, com enfoque particular no domínio da energia, devem ser resultado de um **projecto político firme e frontalmente assumido de progressiva integração económica entre os países da CPLP.***

*Esta integração económica, alicerçada por princípios e valores comuns, ainda assim precisaria de passos no sentido de alguma **integração de base política.***

*Esta integração de base política partiria de uma visão geopolítica e geoeconómica dos recursos naturais dos oceanos e, em particular, dos recursos energéticos do Atlântico (Sul), e **assumiria os processos em curso de alargamento das plataformas continentais de vários países da CPLP**, com reconhecido destaque para aqueles que envolvem Portugal, Brasil, Angola e Cabo Verde, **como os radicais estratégicos dessa integração de base política.***

*O desenho e a calibragem das concretas medidas de uma integração de base política no quadro da CPLP **implicaria um novo olhar para as relações de Portugal no panorama da União Europeia.** Não no sentido de uma saída desta organização, mas antes como decorrência da afirmação de um novo elemento – o **aprofundamento político-social da lusofonia**, com a correspondente afirmação no sistema internacional.*

***União Europeia e euro** (moeda) são realidades políticas relacionadas e relacionáveis,*

mas não constituem “projectos” que se confundam ou devam confundir.

Num plano de absoluta responsabilidade política e estruturada consciência cívica não pode deixar de ser ponderada – como opção estratégica de médio-longo prazo e não como escapatória de último e descontrolado recurso de curto prazo – uma eventual saída do euro, mantendo-se Portugal na União Europeia, desde que antecipada e devidamente preparada estivesse a estabilidade cambial do escudo na lógica de um acordo/sistema de paridade cambial com o real (Brasil) que assegurasse margens razoáveis e sistemicamente controladas de oscilação entre duas moedas de países que deveriam ter já, então, desenvolvido e crescentemente consolidado contextos de efectiva integração económica e empresarial num espectro largo de sectores, mas nos quais, inequivocamente, se deveria incluir o sector energético em todas as suas dimensões.

Este caminho teria tão maiores expectativas de sucesso quanto mais longe fosse e mais profundo estivesse o processo de integração de base política no quadro da CPLP, potenciando-se, dessa forma, todo o universo lusófono a partir do triângulo Portugal/Brasil/Angola.

O mar e os seus recursos energéticos, a extensão da plataforma continental portuguesa (e de outros países da CPLP) e as suas inestimáveis potencialidades energéticas e uma gestão política e geoestratégica de tais recursos directa e convictamente assumida pela CPLP constituem, então, os traços essenciais na partida para um novo quadro de relacionamento e de interacções no sistema internacional. Tais traços deveriam constituir a marca de água da definitiva consolidação política da Estratégia da CPLP para os Oceanos, a qual assumiria a energia como o eixo central de uma perspectiva holística e integrada de uma dada concepção estratégica do mar.

A própria União Europeia beneficiaria de um maior e contínuo aprofundamento das relações políticas de Portugal com os restantes membros da CPLP.

Nesta esfera de reforço político da CPLP, e como antes já dissemos, seria crucial o empenhamento político ao mais alto nível do Brasil e de Angola. A importância determinante de cada um deles no quadro do (sub) continente (sul) americano e no continente africano, os seus justos anseios e legítimas expectativas de afirmação e continuado reconhecimento à escala global e a circunstância – (pré) determinada pela geografia e correspondida pela história – de serem países de uso do português como língua oficial, aliadas ao seu poder e potencialidades económicas, fazem destes dois países actores incontornáveis no sistema internacional, em geral, e na geopolítica da energia, em particular.

O Atlântico Sul, sendo o núcleo geográfico da CPLP, recoloca Portugal numa posição geopolítica mais central no quadro de relacionamentos daquelas que seriam, assim, as suas duas organizações de referência político-institucional e económica, constituindo o vértice superior de um triângulo tricontinental e plurinacional Europa (Portugal), América (Brasil) e África (Angola), cuja área seria (é) essencialmente dominada pelo Atlântico Sul (e pelas plataformas continentais de seis dos países membros da CPLP).

No caso particular do desenvolvimento e consolidação de políticas de cooperação política e económica entre Portugal e Angola no quadro da CPLP, verifica-se, ainda, um outro factor que é comum no que toca à influência e ao interesse nas respectivas economias. Estamos a falar da China e da sua necessidade vital de garantir o acesso e o controlo de recursos energéticos.

As recentes operações de empresas chinesas da área da energia no mercado português representam muito mais do que meros investimentos nas estruturas accionistas, pois trazem associados planos estratégicos de intervenção no mercado global da energia, no qual se vão assumindo como de indiscutível importância quer o Brasil quer África, no caso da CPLP, com Angola e Moçambique em destaque.

É indiscutível a crescente importância que Angola vem assumindo no quadro da diplomacia e das políticas chinesas, incluindo, evidentemente, aquelas directamente relacionadas com a *energia* e os seus indispensáveis recursos.

Este relacionamento entre Angola e a China no domínio dos recursos energéticos e os recentes investimentos chineses em empresas portuguesas na área da energia com dimensão internacional (EDP e REN) são elementos que uma adequada política para a energia não pode minimizar. Pelo contrário, os poderes públicos portugueses e os principais operadores privados nacionais nesta área devem tomar tal confluência de políticas e de intervenções como um referente estratégico da sua geopolítica, quer decisional quer de acção, da energia, captando a dimensão estratégica da CPLP como a entidade político-institucional certa para a concertação de interesses e de vectores político-diplomáticos e político-económicos de intervenção.

A política marítima da China passa pelo Atlântico (Sul) e esta constitui a oportunidade histórica para a CPLP se posicionar como a placa político-institucional de confluência politicamente orientada de um conjunto de posições geográficas diversas e processos de integração regional distintos, mas unidos, para lá de uma língua que é comum, por uma mesma necessidade vital.

Deve ser colocada na agenda política a criação de uma cidadania da CPLP, isto é, de uma cidadania lusófona – aliás, mais natural e historicamente fundada que a própria e heterogeneamente construída cidadania euro-unionista –, sendo que na definição do correspondente regime jurídico não podiam ficar esquecidos, longe disso, o mapa dos correspondentes direitos políticos, num quadro de razoável e ponderada progressividade, nem o desenho das respectivas liberdades de circulação, de trabalho e de empresa.

Este constituiria um traço indelével daquilo a que temos vindo a chamar um projecto de integração de base política, o qual exigiria, também neste ponto, uma diversa afirmação da lusofonia na esfera alargada da União Europeia: a atlantização da estratégia nacional traria inevitavelmente consigo uma tendencial atlantização da política europeia.

Assumir que, através do Atlântico e de Portugal, o Brasil e a Angola chegam à Europa e ao seu universo económico-empresarial e social e perceber que, também através do Atlântico, Portugal volta a terras às quais também pertence é o clic nacional que

falta para, quaisquer que sejam os protagonistas políticos, económicos e sociais, possamos ensaiar um projecto comum no quadro da CPLP que a todos traga retorno existencial e económico numa base duradoura. Se precisássemos todos de um pretexto para a afirmação dessa vontade política de erigir um projecto político-económico na esfera da CPLP, o mar e os seus recursos energéticos dão-no.

No futuro, a geopolítica da energia vai objectivamente impor os oceanos como espaços de conflito político e disputa económica. A vida (a vivência) e a convivência dos diversos actores do sistema internacional na esfera das relações internacionais – públicos e privados, estaduais e não estaduais, políticos e económicos e sociais, individuais e colectivos – vão ditar a necessidade da definição, por parte de cada um daqueles, de um projecto estratégico para o mar, colocando este no centro (e no epicentro) dos conflitos internacionais dos séculos XXI e XXII. Não perceber isto, num quadro de tendencial sobrepopoamento planetário, de crescimento dos níveis de consumo e de corrida aos recursos energéticos, é ficar sentado à espera da tempestade perfeita.

A defesa e a promoção dos recursos energéticos do mar português – incluindo, claro, os da sua plataforma continental alargada – será tão mais clara e eficiente quanto for desenvolvida no quadro de uma estratégia da CPLP para o mar da lusofonia – o Atlântico (Sul) –, e não tanto na esfera da Política Marítima da União Europeia. A centralidade das políticas é condição decisiva para o seu sucesso e resultados. Nestes termos, o caminho não pode ser a euro-unionização dos recursos energéticos da plataforma continental portuguesa.

Pelo contrário, o caminho deve ser a sua comunitarização no quadro da CPLP, pensada não já para amanhã, mas seguramente a partir já de amanhã.

V. Bibliografia

- ALMEIDA RIBEIRO, António de, *O mar na política externa portuguesa*, in *O Mar na História, na Estratégia e na Ciência*, FLAD/Tinta-da-China, Lisboa, 2013
- ANDRADE, Luís, *A Universidade dos Açores e a Cooperação Internacional*, in *O Mar na História, na Estratégia e na Ciência*, FLAD/Tinta-da-China, Lisboa, 2013
- BARBOSA GUERRA, Wilson, *O Brasil e a Segurança no Atlântico Sul*, in *Nação e Defesa*, nº128, IDN, Lisboa, 2011
- BERNARDINO, Luís Brás, *A Segurança Marítima no Seio da CPLP (Contributos para uma Estratégia no Mar da Lusofonia)*, in *Nação e Defesa*, nº128, IDN, Lisboa, 2011
- CABRAL, Berta, *Intervenção de Abertura no Seminário «A CPLP e a Nova Geografia da Energia Mundial»*, IDN, 2013 (disponível e consultado em http://www.defesa.pt/Documents/20130620_SEADN_idn_cplp_energia.pdf)
- CÉSAR, Carlos, *O legado de Roosevelt: o passado e os desafios do presente*, in *O Mar na História, na Estratégia e na Ciência*, FLAD/Tinta-da-China, Lisboa, 2013
- COSTA SILVA, António, *Portugal: país-arquipélago – Contributo para a definição de um conceito estratégico para o século XXI*, in *O Mar na História, na Estratégia e na Ciência*, FLAD/Tinta-da-China, Lisboa, 2013

- FERNANDES, Carla, *Contributo de Angola para a Segurança Energética Chinesa*, in Nação e Defesa, n.º128, IDN, Lisboa, 2011
- FERREIRA DA SILVA, Jaime, *A Plataforma Continental Portuguesa (Análise do Processo de Transformação do Potencial Estratégico em Poder Nacional)*, Cadernos Navais, n.º43, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2012
- FONSECA, Carmen, *O Brasil e a Segurança no Atlântico Sul*, in Nação e Defesa, n.º128, IDN, Lisboa, 2011
- FONTOURA, Luís, CPLP: *A Importância do Brasil no Espaço Lusófono*, Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, n.º28, Lisboa, 2001
- FREITAS DE MENESES, Avelino, *O Mar: de espólio do passado a promotor do futuro*, in O Mar na História, na Estratégia e na Ciência, FLAD/Tinta-da-China, Lisboa, 2013
- GASPAR, Jorge, *A autorização de permanência e a integração dos imigrantes (uma análise político-jurídica)*, Separata da Revista O Direito, Lisboa, 2001
- GASPAR, Jorge, *A Europa entre Portugal e o Mar? (Uma análise crítica da nova «Geografia Política» portuguesa)*, in Lusíada Política Internacional e Segurança, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2009
- KATZ, Allan, *International cooperation in the sea*, in O Mar na História, na Estratégia e na Ciência, FLAD/Tinta-da-China, Lisboa, 2013
- LEONARD, Mark, *O que pensa a nova China?*, in China 3.0 – A Terceira Geração de Políticos (Mark Leonard coord.), Gradiva, Lisboa, 2013
- LOUREIRO DOS SANTOS, José Alberto, *Uma Visão Portuguesa da Segurança do Atlântico Sul*, in Nação e Defesa, n.º128, IDN, Lisboa, 2011
- LUCAS PIRES, Francisco, *Schengen e a Comunidade de Países Lusófonos*, Coimbra Editora, Coimbra, 1997
- MAGNÓLIA DIAS, Alexandra, MARTINS BRANCO, Carlos, *O Mar no Espaço da CPLP*, in Nação e Defesa, n.º128, IDN, Lisboa, 2011
- MARTINS, François, *Acerca do Conceito de Estratégia*, in Nação e Defesa, n.º29, IDN, Lisboa, 1984
- MARTINS, François, *Acerca de uma Leitura Geopolítica das Relações entre Portugal e o Atlântico*, in Nação e Defesa, n.º102, IDN, Lisboa, 2002
- MEDEIROS, Jorge de, *A primeira fronteira exterior do espaço comunitário*, in O Mar na História, na Estratégia e na Ciência, FLAD/Tinta-da-China, Lisboa, 2013
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais* (7ª edição), Almedina, Coimbra, 2011
- PEREIRA, Rui, *A Nova Realidade da Presença Chinesa em Angola e suas Implicações para Portugal: O Sector da Construção Civil e Obras Públicas como Estudo de Caso*, in Nação e Defesa, n.º128, IDN, Lisboa, 2011
- PEREIRA LOURENÇO, Armando Jorge, *Dimensão Marítima da Segurança no Atlântico: Desafios e Oportunidades para os Países da CPLP*, in Nação e Defesa, n.º128, IDN, Lisboa, 2011
- PINTO DE ABREU, Manuel, *Mar-Portugal*, in O Mar na História, na Estratégia e na Ciência, FLAD/Tinta-da-China, Lisboa, 2013

- PITTA E CUNHA, Tiago, *Portugal e o Mar*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2011
- PITTA E CUNHA, Tiago, *O futuro sustentável dos oceanos*, in *O Mar na História, na Estratégia e na Ciência*, FLAD/Tinta-da-China, Lisboa, 2013
- REIS RODRIGUES, Alexandre, *Portugal e o Atlântico*, in *Jornal de Defesa e Relações Internacionais* - 8 Maio 2013 (disponível e consultado <http://database.jornaldefesa.pt/estrategias/JDRI%20053%20080513%20atlantico%20para%20portugal.pdf>)
- RUHLE, Michael, *A NATO e a Segurança Energética*, 2011 (disponível e consultado em http://www.nato.int/docu/review/2011/Climate-Action/Energy_Security/PT/index.htm)
- SACHETTI, António Ferraz, *O Pensamento Estratégico e o Mar*, in *Nação e Defesa*, nº122, IDN, Lisboa, 2009
- SHULI, Hu, *China: manter o rumo*, in *China 3.0 - A Terceira Geração de Políticos* (Mark Leonard coord.), Gradiva, Lisboa, 2013
- SOROMENHO MARQUES, Viriato, *O mar como desafio para a unidade das ciências: três notas críticas*, in *O Mar na História, na Estratégia e na Ciência*, FLAD/Tinta-da-China, Lisboa, 2013
- TEIXEIRA PINTO, Paulo, *Um Dever Chamado Futuro*, Oficina do Livro, Lisboa, 2001
- VIEIRA MATIAS, Nuno, *O Horizonte do Mar Português*, in *Nação e Defesa*, nº108, IDN, Lisboa, 2004
- VIEIRA MATIAS, Nuno, *A Geopolítica do Atlântico Sul*, 2010 (disponível e consultado em <http://www.imlusofonia.org/index.php/actividades/jornadas-em-2010/223-a-geopolitica-do-atlantico-sul>)
- YIZHOU, Wang, «Envelhecimento criativo»: um novo rumo na diplomacia chinesa, in *China 3.0 - A Terceira Geração de Políticos* (Mark Leonard coord.), Gradiva, Lisboa, 2013